

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DE ARQUIVOLOGIA

JÉSSICA FERNANDA CHERER CARDOSO

A DEFINIÇÃO DE TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS PARA
O ACERVO DA MINERAÇÃO

Porto Alegre

2014

JÉSSICA FERNANDA CHERER CARDOSO

**A DEFINIÇÃO DE TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS PARA
O ACERVO DA MINERAÇÃO**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Arquivologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como pré requisito para obtenção do título de Bacharel em Arquivologia.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Eduardo Enriquez Vivar.

Porto Alegre

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora: Prof^a. Dra. Ana Maria Mielniczuk de Moura

Vice- Diretor: Prof. Dr. André Iribure Rodrigues

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Prof.^a.Dra. Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Chefe Substituto: Prof. Dr. Valdir José Morigi

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA

Coordenador: Prof. Dr. Jorge Eduardo Enriquez Vivar

Vice- Coordenador: Prof. Dr. Rafael Port da Rocha

CIP - Catalogação na Publicação

Fernanda Cherer Cardoso, Jéssica

A Definição de Tipologias documentais para o
acervo da mineração / Jéssica Fernanda Cherer
Cardoso. -- 2014.

87 f.

Orientador: Jorge Eduardo Enriquez Vivar.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de
Arquivologia, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Arquivo Histórico. 2. Museu do Carvão. 3.
Análise tipológica documental. 4. Mineração. I.
Eduardo Enriquez Vivar, Jorge , orient. II. Título.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação - FABICO

Departamento de Ciências da Informação

Comissão de Graduação de Arquivologia

JÉSSICA FERNANDA CHERER CARDOSO

A DEFINIÇÃO DE TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS PARA
O ACERVO DA MINERAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção de grau de Bacharel em
Arquivologia pela Faculdade de
Biblioteconomia e Comunicação da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Data da Aprovação: 05 dez. 2014

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jorge Eduardo Enriquez Vivar

Alexandre Veiga

Profª Valéria Raquel Bertotti

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente à Deus pela conquista da formatura, pelos momentos felizes e de dificuldade, pois é por meio deles que me tornei mais forte e persistente, sempre analisando os erros e acertos para melhor estruturar a minha vida e o profissional que pretendo ser.

Agradeço imensamente ao meu mestre coordenador desse trabalho Jorge Vivar, pela oportunidade profissional que me foi concedida e pelos momentos valiosos de ensinamento que me conduziram para o cumprimento de meus objetivos no curso de Arquivologia. À banca examinadora composta do meu colega Alexandre Veiga, um grande profissional, e da professora Valéria Bertotti que me auxiliou de forma preciosa mesmo que brevemente.

À minha família que me deu apoio e incentivo, compreendendo sempre meus momentos de ausência em função dos estudos. Ao meu marido Jones, pelo companheirismo e dedicação durante esses quatro anos de curso, e minha colega e amiga Márcia de Sena que me acompanhou durante a trajetória na Universidade.

E para finalizar quero agradecer imensamente a oportunidade de poder trabalhar no Museu Estadual do Carvão, um local maravilhoso que propiciou a construção desse trabalho em prol da organização do acervo do Arquivo Histórico da Mineração, meus sinceros agradecimentos à todos que contribuíram direta ou indiretamente para realização desse trabalho.

*Que os vossos esforços desafiem as
impossibilidades, lembrai-vos de que as
grandes coisas do homem foram conquistadas
do que parecia impossível.*

Charles Chaplin

RESUMO

Esta monografia tem como resultado a definição de tipologias documentais para o acervo do Arquivo Histórico da Mineração refletindo a partir da aplicação metodológica as atividades e funções das diferentes empresas que exerceram a atividade mineradora na região carbonífera. Apresenta o surgimento da disciplina diplomática e sua extensão ao campo da arquivística, até sua transformação como uma disciplina auxiliar e reinventada de análise contemporânea de tipologias documentais. Aborda a aplicação da metodologia de análise tipológica para tratamento de massas documentais acumuladas em acervos permanentes. Conceitua o histórico das companhias de mineração, do Museu Estadual do Carvão e do Arquivo Histórico da Mineração bem como a importância do centro cultural na construção da identidade da região carbonífera. Demonstra uma breve análise da situação arquivística do acervo. Constrói a identidade do mineiro, figura representativa da mineração. Expõem a aplicação metodológica e a construção dos instrumentos de registro utilizados para a análise tipológica contemporânea dos documentos. Descreve a seleção do fundo e dos documentos até a definição dos tipos documentais. Conclui retomando o benefício e o êxito da metodologia de identificação de tipos documentais para o acervo da mineração e como deve ser a atuação do arquivista no âmbito profissional.

Palavras-chave: Arquivo Histórico. Museu do Carvão. Análise Tipológica Documental. Mineração.

RESUMEN

Esta monografía ha dado lugar a la definición de tipos de documentos para la colección del Archivo Histórico de la Minería que refleja de las actividades de aplicación metodológicas y funciones de las diferentes empresas que han participado en la actividad de la minería del carbón en la región. Presenta el aspecto de la disciplina diplomática y su extensión al ámbito de la archivística, hasta su transformación como auxiliar y reinventado documental análisis tipología disciplina contemporánea. Aborda la aplicación de la metodología de análisis tipológico para el tratamiento de la masa acumulada documentado en las colecciones permanentes. Conceptualiza la historia de las empresas mineras, el Museo del Estado y Archivo Histórico de Minería del Carbón y la importancia del centro cultural en el edificio de la cuenca carbonífera. Muestra un breve análisis de las colecciones de archivo de la situación. Construye la identidad de la minera, figura representativa de la minería. Exponer la aplicación metodológica y la construcción de los instrumentos de registro utilizados para el análisis tipológico de los documentos de la época. Describe la investigación de antecedentes y documentos para la definición de tipos de documentos. Concluye reanudar el beneficio y el éxito de la metodología para la identificación de los tipos de documentos para la colección y cómo la minería debe ser el papel del archivero en el contexto profesional.

Palabra clave: Archivo histórico. Museo Carbón. Documental análisis tipológico. Minería.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tipo documental nº1: Ficha de pagamento dos vencimentos	53
Figura 2 – Tipo documental nº2: Livro de registro de ponto	55
Figura 3 – Tipo documental nº3: Contrato de arrendamento de terrenos	57
Figura 4 – Tipo documental nº4: Recibo de Compra de loteamento.....	59
Figura 5 – Tipo documental nº5: Carta administrativa expedida.....	61
Figura 6 – Tipo documental nº6: Processo Trabalhista	63
Figura 7 – Tipo documental nº7: Certidão de quitação de Indenização	65
Figura 8 – Tipo documental nº8: Contrato de Compra	67
Figura 9 – Tipo documental nº9: Livro de registro de movimentação	69
Figura 10 – Tipo documental nº10: Livro de registro de materiais	71
Figura 11 – Tipo documental nº 11: Balancete de materiais da mina	73
Figura 12 – Tipo documental nº12: Planta de maquinário	75
Figura 13 – Tipo documental nº13: Planta de desmanche	77
Figura 14 – Tipo documental nº14: Relatório de Exploração.....	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1–	Modelo de Ficha de Identificação do Organismo produtor	45
Quadro 2 –	Modelo de Tabela de Identificação de Espécies e Tipologias documentais	46
Quadro 3 –	Ficha de Identificação de Tipologias Documentais	46
Quadro 4 –	Ficha de Identificação da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo	48
Quadro 5 –	Tabela de Identificação de Espécies e Tipologias Documentais do fundo da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo	49
Quadro 6 –	Ficha de Identificação do Tipo documental: Ficha de pagamento dos vencimentos	54
Quadro 7–	Ficha de Identificação do Tipo documental: Livro de registro de ponto	56
Quadro 8 –	Ficha de Identificação do Tipo documental: Contrato de arrendamento de terreno.....	58
Quadro 10 –	Ficha de Identificação do Tipo documental:Carta administrativa expedida.....	60
Quadro 11 –	Ficha de Identificação do Tipo documental: Processo Trabalhista.....	62
Quadro 12 –	Ficha de Identificação do Tipo documental: Certidão de quitação de indenização	64
Quadro 13 –	Ficha de Identificação do Tipo documental: Contrato de Venda	66
Quadro 14 –	Ficha de Identificação do tipo documental: Livro de registro de movimentação.....	68
Quadro 15 –	Ficha de Identificação do tipo documental: Livro de registro de materiais	70
Quadro 16 –	Ficha de Identificação do tipo documental: Balancete de materiais	72
Quadro 17 –	Ficha de Identificação do tipo documental: Planta de maquinário.....	74
Quadro 18 –	Ficha de Identificação do tipo documental: Planta de desmanche.....	76
Quadro 19 –	Ficha de Identificação do tipo documental: Relatório de Exploração ...	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHM	– ARQUIVO HISTÓRICO DA MINERAÇÃO
CADEM	– CONSÓRCIO ADMINISTRATIVO DE EMPRESAS DE MINERAÇÃO
CMCPAR	– COMPANHIA DE MINAS DE CARVÃO DE PEDRA DE ARROIO DOS RATOS
CCR	– COMPANHIA CARBONÍFERA RIOGRANDENSE
CCMB	– COMPANHIA CARBONÍFERA MINAS DE BUTIÁ
COPELMI	– COMPANHIA DE LAVRAS E PESQUISAS MINERAIS
EFMSJ	– ESTRADA DE FERRO E MINAS DE SÃO JERÔNIMO

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A TRAJETÓRIA DA MINERAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL	18
2.1	A APLICAÇÃO DE CAPITAL NACIONAL NA ATIVIDADE MINERADORA: SURGIMENTO DA CMCPAR	21
2.2	O SURGIMENTO DA COMPANHIA ESTRADA DE FERRO E MINAS DE SÃO JERÔNIMO E A CONSOLIDAÇÃO DO CARVÃO GAÚCHO....	22
2.3	NICANÁCIO MACHADO: O EMPREENDEDORISMO DE UM FARMACÊUTICO NA FORMAÇÃO DAS MINAS DE BUTIÁ	23
2.4	CADEM: “O PAI DE TODOS” E SUA ATUAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO DAS MINAS	26
2.5	COPELMI: HERDEIRA DA HISTÓRIA DA MINERAÇÃO DO ESTADO	27
3	O MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO: IDENTIDADE DA REGIÃO CARBONÍFERA	29
3.1	O ARQUIVO HISTÓRICO DA MINERAÇÃO (AHM).....	31
3.2	A FIGURA DO MINEIRO E A RECONSTRUÇÃO DE SUA IDENTIDADE E COTIDIANDO POR MEIO DOS DOCUMENTOS	31
3.3	ANÁLISE ARQUIVÍSTICA SOBRE O ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO DA MINERAÇÃO.....	33
4	DO SURGIMENTO À APLICAÇÃO: A ATUAÇÃO DAS TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS NO CAMPO ARQUIVÍSTICO	38
5	A APLICAÇÃO METODOLÓGICA DA TIPOLOGIA DOUMENTAL PARA O ACERVO DA MINERAÇÃO	43
5.1	A SELEÇÃO DOS DOCUMENTOS E A DEFINIÇÃO DAS TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS	48
5.1.1	. Tipo Documental nº 1	53
5.1.2	. Tipo Documental nº 2	55
5.1.3.	. Tipo Documental nº 3	57
5.1.4.	. Tipo Documental nº 4	59
5.1.5	. Tipo Documental nº 5	61

5.1.6 . Tipo Documental nº 6	63
5.1.7 . Tipo Documental nº 7	65
5.1.8 . Tipo Documental nº 8	67
5.1.9 . Tipo Documental nº 9	69
5.1.10 Tipo Documental nº 10.....	71
5.1.11 Tipo Documental nº 11	73
5.1.12 Tipo Documental nº 12.....	75
5.1.13 Tipo Documental nº 13.....	77
5.1.14 Tipo Documental nº 14.....	79
6 CONCLUSÃO	82
REFERÊNCIAS	83

1 INTRODUÇÃO

Durante o século XVII e XVIII a descoberta do carvão ou ouro negro também dessa forma denominado, modificou o cenário social e econômico da região carbonífera. Em 1872 inicia-se a trajetória da mineração no Rio Grande do Sul com um renomado investidor inglês chamado James Jonhson, que iniciou as expedições na região do baixo Jacuí em busca do minério. Jonhson encontrou grandes jazidas de carvão e logo buscou formas de explorar essa nova atividade no Estado, atividade essa que resultou em mais de um século de história na região.

No ano de 1872, Jonhson juntamente à Jose Ignácio Moura, então seu sócio na época, trouxeram investimento inglês para realização da atividade, fundando a Companhia *The Imperial Brazilian Collieries Co.Limited*¹, que desenvolveu as operações com capital estrangeiro trazendo maquinário e mão de obra especializada. Em vista dos grandes investimentos feitos na mecanização e no emprego de técnicas de mineração inglesa, a situação financeira da Companhia tornou-se complicada, levando a sucessivas trocas na direção e falta de apoio por parte do governo, fato que contribuiu para o fim das atividades e do investimento estrangeiro. Para Silva (2007), *apud*. Macedo, Jonhson foi o precursor da exploração do minério na região, que se desenvolveu por meio dos recursos e técnicas inglesas que alavancaram e que deram início às diversas Companhias, que posteriormente realizaram a atividade mineradora na região.

Encerrada as atividades da Companhia *The Imperial Brazilian Collieries Co.Limited* a concessão de lavra passa a *Holtzweissig e Cia*² que obteve as mesmas determinações impostas pelo Império à primeira mineradora, fato que trouxe graves problemas, pois a extração de carvão no País ainda era uma atividade recente diante da experiência e do já consolidado carvão estrangeiro.

¹ realizou a atividade de extração de carvão por meio do decreto 3.715 de 06 de outubro de 1866 emitido pelo Império que autorizava a lavra da mina de pedra em Arroio dos Ratos por Jonhson e Moura por um período de 30 anos.(Silva,2007).

² sem maiores informações sobre a data de fundação da empresa (Silva, 2007)

Entretanto, a "*Holtzweissig e Cia.*" não obteve o resultado esperado, porque, além da necessidade de superar as dificuldades relacionadas à comercialização do carvão no mercado estadual e nacional, bem como a constante ameaça de concorrência representada pelo carvão inglês, havia a pressão dos grupos envolvidos com a distribuição do produto inglês no País.(SILVA, 2007.p. 56)

A partir do encerramento do investimento inglês na atividade mineradora, foi iniciada a extração de carvão pela Companhia de Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos (CMCPAR) no ano de 1883, trazendo como iniciativa a execução das operações com capital essencialmente nacional. A Companhia realizou diversas melhorias, dentre elas a abertura de poços e a mudança do trajeto da estrada de ferro ampliando a área de transporte do carvão.

Outra medida de impacto tomada pela "Companhia de Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos - CMCPAR" foi à construção de uma nova porção da estrada de ferro, mudando o traçado que ia até o Porto Pereira Cabral, na sede do município, para o porto de Charqueadas, local esse que, naquela época, constituísse a melhor opção de porto de escoamento da produção.(SILVA, 2007.p. 61).

Embora a melhorias feitas pela Companhia fosse significativa, a qualidade do carvão do Estado ainda enfrentava dificuldades para sua consolidação levando ao encerramento das atividades da CMCPAR.

Em 1889 é fundada a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (EFMSJ), localizada em Arroio dos Ratos que buscou aumentar a produção por meio de investimentos na abertura de novos poços e ampliação da estrada de ferro, buscando melhorias para a atividade assim como a Companhia anterior. Seguindo inicialmente a mesma trajetória que as outras mineradoras, a Companhia enfrentou dificuldades devido à falta de incentivo do governo para a instalação de povoados e vilas operárias³, assim como a concessão de autorizações do governo Imperial necessárias para a melhoria do trabalho e ampliação da estrada de ferro. Nesse cenário a Companhia passou a comercializar o carvão a baixo custo. Silva (2007.p. 75), aponta que a baixa no custo de produto foi uma estratégia para que o produto pudesse inserir-se no mercado, em vista do conhecimento da baixa qualidade do

³ O "contrato de localização de imigrantes", firmado entre o governo imperial à companhia, previa a fundação e a instalação de um ou mais núcleos de povoamento, composto por imigrantes envolvidos em atividades agrícolas ou operários, à margem da estrada de ferro que ligava o porto de Charqueadas às minas de carvão. Silva (2007,p.71)

minério. A Companhia passou por muitos impasses relacionados ao preço do produto que teve seu custo aumentado, e muitas afirmações tiveram que ser apresentadas ao Governo com base na melhoria no poder calorífero do minério que passou a ser extraído de camadas mais profundas da terra. Esse processo só ocorreu devido aos investimentos da Companhia na abertura de novos poços e da mecanização adaptada às minas.

Em função dos gastos excessivos nos investimentos e no aumento de preço do produto, a Companhia encerrou suas atividades mas por apenas um curto período de tempo, pois as próprias empresas reclamantes solicitaram o reabastecimento do carvão da Companhia. A estratégia que finalmente consolidou o carvão no mercado, foi a proposta da diretoria da Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo ao governo Imperial, baseada na redução de custos e na obrigatoriedade da utilização do carvão nacional nas locomotivas e em outras áreas

Por fim, o engenheiro apresentou a solução para o problema, deslocando da companhia a responsabilidade da crise gerada pelo aumento do preço do carvão e, estrategicamente, tentando impor ao poder público a utilização do carvão nacional, uma vez que enfatizava que, se o consumo do minério fosse maior, a Companhia poderia reduzir os custos e, conseqüentemente, diminuir os preços (Silva, 2007.p.87)

A garantia de continuidade nas atividades da EFMSJ deu-se em função das diversas estratégias adotadas pela diretoria da Companhia, que findou suas operações de extração de carvão durante a década de 50⁴, e juridicamente no ano de 1964⁵. Com o produto consolidado no mercado e com o estabelecimento de técnicas e de maquinários já adaptados ao processo de extração de carvão, a atividade passou a ser realizada por outras mineradoras da região Carbonífera.

Durante o período de 1915 a 1916 iniciam-se as atividades da Companhia Hulha Riograndense, que teve como padrinho empreendedor Nicanácio Machado, um farmacêutico que acreditou no sucesso da extração de carvão em Butiá. Houve um longo período de tempo para que a Companhia iniciasse a atividade mineradora e pudesse inserir-se no mercado, devido à falta de investimento na locomoção e nas

⁴ alguns documentos encontrados durante o mapeamento apontam o encerramento das atividades dos poços durante o período.

⁵ a informação referente ao encerramento jurídico, pode ser encontrada no endereço eletrônico: http://www.copelmi.com.br/index.php?Itemid=30&id=19&option=com_content&task=view

atividades de extração de carvão. No ano de 1917, o Dr. Buarque Macedo assume a diretoria da Companhia, sendo renomeada de Companhia Carbonífera Riograndense que a partir desse momento passa a contar com investimentos conseguidos por meio do empenho de Macedo na busca de recursos. Com a enchente de 1936⁶, os operários que trabalhavam na CEFMSJ tiveram que ser realocados em postos de trabalho nas CCR, aumentando de forma considerável a produção do carvão. Em 1941, a CCR foi incorporada⁷ a Companhia Carbonífera Minas de Butiá (CCMB) que manteve suas atividades até o ano de 1964 com fusão de todas as Companhias à atual mineradora.

Em 1936 por meio do investimento da CEFMSJ e CCMB é formado o Consórcio Administrativo de Empresas de Mineração (CADEM), que ficou sob direção de Roberto Cardoso, um dos sócios do grupo Martineli⁷. O CADEM foi criado com o objetivo de fornecer estrutura básica para as famílias de imigrantes e trabalhadores que se instalavam na região em busca de emprego nas minas, assim como ocupar-se das atividades meio das Companhias que estavam focadas no suprimento de carvão, escasso no mercado devido ao período de guerra. A construção de igrejas, escolas, hospitais, demais clubes e atividades sociais eram financiadas pelo Consórcio Administrativo de Empresas, a navegação também era controlada pelo CADEM que ficou conhecido como o “pai” de todas as mineradoras

No ano de 1943 é criada a Companhia de Lavras e Pesquisas Minerais, realizando apenas atividades terceirizadas de exploração de terrenos e pesquisa em jazidas. Somente no final do ano de 1964 e início de 1965 houve a fusão de todas as Companhias à atual COPELMI MINERAÇÃO LTDA.

A história que constitui a mineração do Estado está refletida nos documentos produzidos durante a época, e que hoje estão sob custódia do Arquivo Histórico da Mineração, parte do centro cultural do Museu Estadual do Carvão. A documentação é de valor incalculável visto que é o maior acervo referente à atividade mineradora

⁶ nos primeiros dias de outubro no ano de 1936, uma inundação sem precedentes na planície e Vale do Arroio dos Ratos, represado pelo Rio Jacuí, transbordou ocasionando rápida e violenta penetra o de água no subsolo das minas de São Jerônimo, por um dos poços de extra o, paralisando completamente todas as atividades[...] (HOFF,1992.p.21)

⁷ em 1932 o grupo Capitalista Martineli, adquiriu as existências da Mina de Butiá e esta ficou sob dire o do hábil homem de negócios e grande industrial Dr. Roberto Cardoso, sob visão e orienta o deste novo diretor, pode-se afirmar que a Carbonífera constituiu-se uma grande empresa mineradora. (HOFF,1992.p.35)

no Estado e que reconstrói a identidade cultural e social dos municípios da região.

Para que esta valiosa documentação seja disponibilizada para a comunidade e pesquisadores interessados, urge ser submetida ao tratamento arquivístico de definição de tipologias documentais, arranjo e descrição, visto que trata-se de uma massa documental acumulada que passou anos em espaços inadequados de armazenamento, sendo salva pela comunidade após a ameaça eliminação indiscriminadamente. As etapas arquivísticas às quais a documentação deve ser submetida incluem a análise das tipologias documentais do acervo, que podem revelar o contexto de criação das Companhias que construíram a história das atividades e suas ações, para coletar o máximo de informações possíveis.

Esse trabalho foi desenvolvido com base no estudo e análise produzidos através de pesquisa qualitativa em fontes primárias e análise do conjunto documental, com o objetivo de identificar as tipologias dos documentos e recuperar sua organicidade, no sentido que reflita as ações das Companhias de mineração.

A documentação do Arquivo Histórico da Mineração encontra-se com a estruturação orgânica comprometida, sendo necessário dessa forma a definição de tipologias documentais, que tem como ponto de partida, a diplomática contemporânea, no sentido de recuperar sua organicidade e sua proveniência, vetores necessários para a aplicação da etapa de arranjo e descrição.

Existe uma carência de trabalhos em âmbito arquivístico e histórico sobre a atividade mineradora. Dessa forma foi necessária à busca por informações em bibliografias⁸ sobre a região carbonífera e a atividade mineira na região, coleta de dados por meio de entrevistas com pessoas da comunidade⁹ e com historiador do Museu Estadual do Carvão, Aleksandro Witkvowski, bem como algumas poucas publicações históricas e trabalhos acadêmicos¹⁰ que pudessem reestruturar as funções e atividades das companhias durante o século XVIII e XIX assim como a análise do conjunto documental que irá proporcionar a definição das tipologias documentais.

Certamente, o levantamento histórico apresentado nesse trabalho não tem como objetivo aprofundar os estudos referentes às atividades das companhias de mineração e do cotidiano dos mineiros ao longo de suas trajetórias, mas sim realizar uma análise que servirá para o estudo de contexto referente à etapa de pesquisa necessária para elaboração do trabalho e cumprimento dos objetivos já apresentados.

O resultado dessa iniciativa, servirá de base para a aplicação das etapas complementares de arranjo e descrição bem como para o desenvolvimento da metodologia de identificação documental em instituições congêneres.

⁸ as bibliografias foram utilizadas como base para construção do contexto histórico dessa monografia, as publicações de Gertrudes Novak Hoff (1992) e do Conego Ervino Lothar Sulzbach (1989).

⁹ as entrevistas que constituem o estudo de contexto desta monografia, foram estruturadas por meio de conversas com pessoas da região de Arroio dos Ratos, que participaram ativamente da atividade mineira ou que tiveram familiares que trabalharam na extração de carvão, assim como os dados coletados a partir dos depoimentos do historiador do Museu do Carvão Aleksandro Witkowski.

¹⁰ juntamente as demais fontes primárias foi utilizado como referência à tese de Cristina Ennes da Silva (2007), e a monografia de Luis Henrique Sutelo Golasz (2013).

2 A TRAJETÓRIA DA MINERAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

A história da Mineração no Estado possui diversas vertentes. A primeira vertente conta que no ano de 1795, um soldado português encontrou amostras de carvão na região de Curral Alto atual município de Minas do Leão e teria levado ao General Rafael Pinto Bandeira. Outra fonte histórica aponta que no ano de 1807, Joaquim José Fonseca e Pinto encontrou amostras do mineral que foi levado para análise na cidade do Rio de Janeiro, obtendo resultados positivos. Já no ano de 1809 o proprietário de uma fazenda localizada em Curral Alto enviou amostras de carvão ao Governo, para descobrir a utilidade do mineral encontrado em suas terras.

Em 1809, um proprietário de terras próximas ao Curral Alto, o Sr. Antônio Xavier Azambuja, mandou amostras para Sua majestade Dom João VI, para que fossem examinadas e estudadas a sua utilidade. Esse carvão era excelente, foi experimentado em Porto Alegre, sendo lançada a oferta de “duas patacas¹³ por arroba”. É evidente que esse preço não conseguiu produtores, além de não ser tentadora a oferta, nem sempre cobriria as despesas de lavra e transporte. Naquele tempo, a lenha era abundante e barata. As jazidas de onde extraíram as amostras era na antiga fazenda ou estância do Leão, hoje Minas do Leão. (HOFF, 1992.p, 13)

As pesquisas referentes à utilização do minério, somente foram iniciadas durante o ano de 1839, através do então presidente da província Conselheiro Saturnino de Souza Oliveira, que designou um engenheiro para realização da análise do carvão encontrado na região de Curral Alto. Entretanto os resultados acerca da utilidade do combustível mineral foram desanimadores, concluindo o então engenheiro, que o material não teria utilidade.

Entre os anos de 1846 e 1847, Conde de Caxias, presidente da província, designou novas expedições e nova mão de obra sob a supervisão do então engenheiro Feliciano Napomuceno Prates para uma nova pesquisa nas jazidas¹¹ de carvão do Estado, fato que surtiu efeitos desejáveis.

¹¹ Massa individualizada de substância mineral ou fóssil com valor econômico, encontrada na superfície ou no interior da Terra.

Nos anos de 1846 e 47, novamente o governo, na figura do então presidente da província, o Conde de Caxias, encarregou grupos de engenheiros, sob orientação do engenheiro Feliciano Nepomuceno Prates, de realizarem estudos nas jazidas carboníferas do Estado. Essas incursões trouxeram resultados positivos, visto que, em 1848, o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro publicou um relatório que foi enviado ao Ministro da Guerra, no qual era designado o Capitão de Engenheiros, Innocencio Vellozo Pederneiras, à exploração de ferro e carvão no Vale do Jacuí. No ano seguinte, o relatório dirigido ao Governo Provincial referiu-se à boa qualidade e abundância do minério na região, bem como à grande extensão de carvão que se supunha haver no subsolo. (SILVA,2007.p.40)

Sob essa nova perspectiva, no ano de 1847, José Maria Pereira de Campos, então capitão, apresenta novas informações referentes à outra mina, localizada na Fazenda de Boa Vista, como aponta Hoff (1992,p.14), o *Capitão José Maria Pereira Campos, apresentou ao Conselheiro da Câmara um relatório sobre outra mina, na Fazenda Boa Vista junto ao Cerro do Roque, de propriedade do Sr. Assis Brasil de Almeida e seu irmão.*

Um ano após o início das atividades e das análises, o relatório favorável a utilização do carvão foi entregue ao mineiro Frederico Helm, com o objetivo de investigar a fundo os resultados coletados referente ao minério. Com o intuito de testar a qualidade do combustível, uma amostra foi enviada ao General Andréa, que segundo Hoff (1992,p.14) [...] *mandou experimentar em barcos a vapor com excelentes resultados. As conclusões dessas operações terminavam sempre pela excelência do produto, confirmando a alta capacidade das jazidas.* O carvão extraído na expedição foi utilizado no arsenal de guerra e nas máquinas a vapor demonstrando uso potencial, fato que levou o governo a investir na continuidade da exploração do minério. Entretanto no ano de 1850, o conselheiro José Antônio Fagundes Pimenta, presidente da província, envia informações sobre o minério à Assembléia Legislativa concluindo que as divergências quanto à qualidade do carvão seriam evidências para o encerramento das atividades de exploração, pois o custo de extração e transporte não seria compensadores, encerrando-se dessa forma as operações de pesquisa do minério.

Uma nova esperança de continuidade nas atividades de pesquisa surge no ano de 1853, com a entrada do presidente provincial Luiz Cansação de Sinimbú. Sinimbú enviou à Assembleia o relatório das pesquisas, e mostrando-se interessado economicamente, obteve um incentivo inicial do Governo Imperial. (HOFF, 1992.p.16) *O Visconde de Sinimbú, com aquela enérgica disposição de atuar da*

maneira ativa no caso do carvão, obteve do Governo Imperial um crédito de três contos para auxiliar nas obras da província e no caso da pesquisa do carvão [...]. A partir deste momento, o mineiro inglês James Jonhson, inicia a trajetória da atividade mineradora da região.

Após a nomeação de James Johnson, pelo presidente da província, Visconde de Sinimbú, as atividades de extração de carvão passaram a ser coordenadas por ele. Segundo Silva (2007,p.42) *para a realização dessa nova exploração, o presidente da província encarregou o Sr. James Johnson de iniciar os trabalhos de sondagem, encontrando carvão já nas primeiras perfurações.* Inicialmente, o mineiro inglês enfrentou dificuldades na operação de sondagens realizadas.

James Johson, nas primeiras tentativas, com sondas precárias, teve dificuldades do seu trabalho, mas não desanimou, saiu da margem do rio Jacuí e penetra pelo interior do município, viajou observando os terrenos que assemelhavam-se com as terras de sua pátria, a Inglaterra. (HOFF,1992.p.16)

No ano de 1826 e 1827, Johnson reencontrou uma mina¹² na localidade da Serra do Herval, sendo conhecida atualmente como Mina do Faxinal. Desta mina extraiu-se o carvão que foi enviado para análise, e após a comprovação de seu potencial, o mineiro inglês obteve a autorização legal para exploração pelo então presidente da província. Dando continuidade nas busca pelas jazidas de carvão, o inglês realizou sondagens às margens do Arroio dos Ratos, obtendo sucesso em sua operação. Conforme afirma Silva (2007), a partir do ano de 1886 o Governo cede a Johnson o direito de lavra da região, fato que desencadeou um grande interesse inglês na atividade mineradora da região. Com a concessão de lavra do distrito de Arroio dos Ratos¹³ ao mineiro e o seu sócio Ignácio José Ferreira de Moura, houve uma grande avanço nas técnicas e nos materiais empregados na atividade mineradora, adquiridas através da implantação de uma Companhia de mineração, com investimento de parcerias firmadas com a Inglaterra.

¹² local de extração de bens minerais. Pode ser a céu aberto, subterrânea, em leito de rios ou por processos especiais de extração.

¹³ até o ano de 1964, Arroio dos Ratos fazia parte de São Jerônimo, sendo considerado o 3º distrito do município: (Hoff, 1992)

Tendo em vista a pouca condição para investimento na mineração e o terreno cedido estar sob custódia de Johnson, em 1872 os direitos de exploração das minas de Arroio dos Ratos foram cedidos à Companhia inglesa “*The Imperial Brazilian Collieries Co. Limited*”. Com capital essencialmente estrangeiro, a Companhia trouxe a mecanização, mão de obra e conhecimento sobre técnicas de mineração, e aos poucos a economia inglesa passou a realizar suas atividades por meio da venda de equipamentos. Entretanto, outros países já praticavam a atividade, e sendo o carvão estrangeiro consolidado no mercado, a falência da Companhia foi inevitável. Com a falência, a concessão da lavra passou a empresa “Holtzweissig e Cia”, que não obteve sucesso devido ao antigo dilema da concorrência de preço do carvão nacional. Embora tenha recebido o direito de lavra para outros terrenos, acabou desistindo e encerrando as atividades de mineração, pois esbarrou em diversos desacordos como as cláusulas do contrato de exploração, encerrando o ciclo de investimentos inglês na mineração.

2.1 A APLICAÇÃO DE CAPITAL NACIONAL NA ATIVIDADE MINERADORA: SURGIMENTO DA CMCPAR

Em 1883 inicia-se a exploração do mineral com capital nacional, é fundada a “Companhia de Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos” (CMCPAR). A empresa trouxe diversas melhorias, inclusive a compra de terrenos e exploração de novos poços, incluindo o poço inaugurado pela princesa Izabel em 1885, marco histórico da região carbonífera:

A companhia possuía um capital de investimento que permitiu a realização de várias melhorias. Entre elas, a compra de terrenos circunvizinhos aos poços existentes e a abertura de um grande poço vertical ao qual foi dado, em janeiro de 1885, o nome de D. Izabel, em homenagem à princesa brasileira que, em companhia de seu esposo, o Conde D’Eu, e de seus filhos, esteve em São Jerônimo e em Arroio dos Ratos para a cerimônia de inauguração dessa mina. Tratava-se em um grande poço vertical explorado pela companhia (SILVA, 2007, p.58).

Algumas melhorias implementadas pela Companhia forma a ampliação da estrada de ferro que ia de Arroios dos Ratos até o Porto Pereira Cabral, bem como a modificação desta mesma para o porto de Charqueadas, melhor opção de transporte da produção de carvão na época. Embora a companhia tivesse obtido bons

resultados na extração, o carvão nacional era considerado insuficiente e de baixa qualidade, devido ao alto teor de cinza e enxofre. Mesmo com argumentos positivos o carvão nacional não obteve o apoio financeiro do Governo, e esbarrou novamente na concorrência inglesa. Em 1888 a empresa encerrou suas atividades sob direção do engenheiro Eugênio Dahne.

2.2 O SURGIMENTO DA COMPANHIA ESTRADA DE FERRO E MINAS DE SÃO JERÔNIMO E A CONSOLIDAÇÃO DO CARVÃO GAÚCHO.

Em 1889 o mesmo grupo fundador da CMCPAR funda a Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (EFMSJ). A nova estrutura da Companhia sofreu modificações como estatuto próprio, sociedade anônima, fato que contribuiu para o aumento de capital, novas nomeações e a permanência da sede no Estado do Rio de Janeiro. Diante deste novo cenário estratégico a produção e as vendas do carvão foram expressivas:

Neste novo período, expandiu-se a extração do carvão e sua comercialização. Novas sondagens foram efetuadas e novos poços abertos. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), extração do carvão atingiu um índice crescente e volumoso, em razão da falta de carvão estrangeiro e do petróleo importado. Terminada a Primeira Guerra Mundial, o produto nacional estava bem lançado e conceituado. A guerra europeia veio demonstrar a prestabilidade do carvão gaúcho. (HOFF, 1992.p.20)

Em 1890 diante de uma série de especificações dadas pelo Governo, dentre elas as taxas de transporte para a ampliação da estrada de ferro e instalação de povoados¹⁴, a ampliação foi concedida no ano de 1890. Embora as concessões por parte do Governo tenham se efetivado, Silva (2007), retoma uma série de dificuldades encontradas pela Companhia, para a valorização de seus terrenos e ampliação da mesma. Mesmo com diversos impasses na comercialização, a Companhia conseguiu inserir o minério no mercado por meio de estratégias da diretoria, que vendia o produto à baixo custo. Segundo Silva (2007,p.75)[...] desde o início da extração de carvão mineral no Estado, a imagem do produto sofria com

¹⁴ O “contrato de localização de imigrantes”, firmado entre o governo imperial e a Companhia, previa a fundação e a instalação de um ou mais núcleos de povoamento, composto por imigrantes envolvidos em atividades agrícolas ou operários, à margem da estrada de ferro que ligava o porto de Charqueadas às minas de carvão. (Silva, 2007).

constantes ataques quanto à sua qualidade, o que dificultava sua comercialização e diminuía, consideravelmente, seu potencial de concorrência com o carvão inglês.

Embora a qualidade do carvão ainda fosse contestada, o valor baixo do mineral atraiu os consumidores e as atividades de exploração tiveram andamento. Em 1890 reclamações do aumento de preço do carvão e ainda acusações referentes à má qualidade do produto, os seus efeitos poluidores e os estragos causados no maquinário devido ao alto teor de enxofre, foram motivo para acirradas discussões. A Companhia respondeu a uma série de alegações, inclusive sobre o preço do carvão, afirmando que os relatórios de produção expedidos estavam desatualizados e que tanto a qualidade quanto a produção do carvão, haviam aumentado de forma significativa desde a última análise, inclusive a profundidade de extração foi ampliada, o que gerou os gastos adicionais com maquinário justificando dessa maneira o aumento de preço do produto.

[..] a manutenção dos preços baixos, por parte dessas companhias, foi a causadora de suas liquidações, deixando implícito que os descuidos nas práticas de atualização de valores cobrados poderiam resultar em problemas financeiros, os quais forçariam o encerramento das atividades da companhia. Defendia a idéia de aumento de preços como uma estratégia de manutenção do serviço e enfatizava a ação dos diretores que desencadearam o processo de aumento gradativo como um ato de preocupação com a continuidade da indústria extrativa. (SILVA, 2007.p.82)

Devido aos problemas vivenciados, a Companhia encerrou as atividades mas retornou logo em seguida, a pedidos dos consumidores. O consumo tornou-se ainda maior durante o ano de 1920, pois a Viação Férrea, segundo determinações do Governo atribuídas a partir de estratégias da diretoria da Companhia para redução dos preços de comercialização, passou a utilizar o carvão nas locomotivas. Nesse mesmo período as companhias “Fiat Lux” e “Força e energia”, passaram a pertencer a EFMSJ, e é diante desse cenário de consolidação do carvão gaúcho que é construída a então Usina do Gasômetro localizada em Porto Alegre, pertencente à Companhia.

2.3 NICANÁCIO MACHADO: O EMPREENDEDORISMO DE UM FARMACÊUTICO NA FORMAÇÃO DAS MINAS DE BUTIÁ.

Em 1915 inicia-se em Butiá a atividade mineradora da Companhia Carbonífera Hulha Riograndense. A empresa tem suas origens em um empenhado

farmacêutico da região, Nicanácio Machado, que empregou todas as economias e recursos que pôde, conseguindo abrir um poço muito rudimentar, no qual iniciou as atividades de exploração de carvão diante da permissão do Governo imperial para exploração do Mineral:

Em 1881, Antonio Patrício de Azambuja, Nicanácio Teixeira Machado e Gaspar Menezes iniciaram os trabalhos de exploração e lavra das terras de Butiá, diante da concessão imperial. O engenheiro Dr, Eugênio Dahne foi o técnico que se ocupou dos estudos e do início dos trabalhos. Aberto um poço de 16 metros de profundidade foi extraído excelente carvão. Essas explorações se passavam para leste do Cerro do Clemente rumo ao Arroio dos Cachorros e Rato. Os concessionários estenderam suas investigações, encontrando ótimo carvão e ferro perto do Arroio dos Cachorros (HOFF, 1992.p.27)

Nicanácio é considerado o padrinho da atividade mineira da região de Butiá, pois nunca desistiu do sonho de transformar a extração de carvão em uma grande atividade econômica.

No de 1882, uma das Companhias estrangeiras instaladas em Arroio dos Ratos que exercia a mesma atividade de exploração de carvão, conseguiu impedir a concessão de lavra das minas, por meio de Decreto Imperial¹⁵ que obrigou Nicanácio a suspender as atividades. Já entre os anos de 1882 a 1906, houve uma estagnação da atividade devido às mudanças políticas ocorridas no País¹⁶, fato que veio a tardar o início das operações de extração do carvão, que foram retomadas somente no ano de 1906, quando o persistente Nicanácio, buscou seus objetivos rumo ao desenvolvimento da atividade mineradora.

O velho Nicanácio, este lutador teimoso, não foi bem compreendido pelos elementos de destaque da época. Mas em 1906, atira-se novamente a luta pelo seu sonho, requerendo junto à Intendência Municipal, a concessão para estudo e levantamento de uma estrada de ferro, para o transporte de carvão de uma mina a ser explorada.(HOFF,1992.p.27).

A retomada da atividade deu-se da com a colaboração financeira do engenheiro Guilherme Krümel, o ferreiro Felipe Steigleder e Luiz Custódio de Souza que empenharam todas as suas economias. Diante das respostas negativas da concessão para utilização da linha férrea, Nicanácio arrumou uma forma de dar continuidade às atividade extração do carvão:

¹⁵ Decreto Imperial nº 893 de 17 de junho de 1882. Hoff (1992).

¹⁶ passagem política no Brasil, de Monarquia à República.

Nicanácio conseguiu uma caldeira, um guincho, caçambas, trilhos, vagonetes, etc. O poço se aprofundava e aparecia mais carvão no poço e no afloramento na sanga da proximidade. Não lhe permitiram a estrada de ferro: “pois cace com gato que não tiver cão”, resmungava Nicanácio. (HOFF, 1992.p.28)

Em 1912, as esperanças de desenvolvimento da atividade foram renovadas, com o surgimento de outro empreendedor e reconhecido administrador, Buarque Macedo, que propôs sociedade a Nicanácio e prometeu buscar investimentos para a atividade, e o fez, fortalecendo a exploração mineradora da Companhia. Em 1917 alguns membros da diretoria viajaram para o Rio de Janeiro, em busca de recursos para extração do carvão, levando as considerações do Governador Borges de Medeiros ao presidente do País, Vencenslau Brás. Segundo Hoff (1992.p.29) os *engenheiros pleitavam um auxílio do governo brasileiro, como trilhos, vagões, máquinas usadas, material depositado em pontos do estado do Paraná*. Os dois representantes do Butiá, já tinham remetido excelentes e abundantes amostras de carvão para capital da república, a visita aparentemente rendeu a liberação de um empréstimo considerável, entretanto esse nunca chegou a ser fornecido.

Novas perspectivas surgiram para as minas com a chegada de Buarque Macedo, renomado administrador que modificou as operações das minas, obtendo um grande êxito durante seu comando. No ano de 1917, a razão social da Companhia é modificada, passando a ser chamada de Companhia Carbonífera Riograndense (CCR). Muitas galerias e um novo poço foi aberto, sendo chamado de Borges de Medeiros¹⁷, dentre outras melhorias está a compra de maquinário e materiais necessários para a extração. Ainda no mesmo ano, uma grande explosão na caldeira do poço 1 causou um grave acidente, o que permitiu que a Companhia utilizasse parte da estrada de ferro para o transporte de carvão. Com o passar do tempo Dr Macedo se afastou das atividades, sendo a mina administrada por Dr Pinheiro e Dr. Roberval, ambos trabalhavam na atividade nas minas dos Ratos e Butiá, e assim a Companhia passou por sucessivas direções até o ano de 1932.

O grupo Martinali passou a administrar as minas através da Companhia

¹⁷ não há fontes históricas da origem do nome dado ao poço, mas atribuiu-se a o então Governador do Estado Antônio Augusto Borges de Medeiros

Carbonífera Minas do Butiá (CCMB). A Companhia era responsável pelo transporte fluvial do carvão por meio do Porto do Conde, assim com pelo transporte aéreo do carvão via Porto do Conde e rio Jacuí. Hoff (1992.p.78) *a linha atravessava o Arroio do Conde e o Rio Jacuí. Corria pela linha 76 vagonetas para o carvão e uma para passageiros*. Pertenciam à Companhia a Mina Recreio, a Mina Leão, o poço 1, o poço 2, conhecido como Farroupilha, os poços R-1, R-2 a ainda o poço Borges de Medeiros.

No tocante as condições de habitação precárias da região carbonífera na época da mineração, pode-se afirmar que estas eram nulas, e a situação era preocupante pois com a vinda de imigrantes e demais trabalhadores interessados nas moradias e condições básicas de saúde seriam necessárias, e é nesse cenário que surge o Consórcio Administrativo de empresas de Mineração.

2.4 CADEM: “O PAI DE TODOS” E SUA ATUAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO DAS MINAS.

Entre os anos de 1936 a 1940, a grande enchente e às transformações econômicas acarretadas pelo período de guerra, obrigaram as empresas a realizarem esforços maiores. Buscando manter a atividade mineradora, em uma época conturbada¹⁸, o controle das atividades administrativas foi transferido para o Consórcio Administrativo de Empresas (CADEM), fundado em 1936 sob direção de Roberto Cardoso, foi formado com capital das empresas CEFMSJ E CCMB. O CADEM, como é conhecido, tratou de transferir os operários das Minas de Arroio dos Ratos para os poços de Butiá durante a enchente de 1936, que tornou a extração de carvão inviável nas minas da CEFMSJ. Devido a transformações econômicas no cenário do País o carvão gaúcho estava em seu auge com altas produções e sua consolidação no mercado estava concretizada. O CADEM administrava as atividades-meio das Companhias que dirigiram todos os esforços para produção de carvão. Hoff (1992.p.36) *Com a formação do Consórcio, a produção do carvão foi crescendo vertiginosamente, sob orientação esclarecida e firme do Dr. Roberto Cardoso, um dos fundadores e diretores*.

¹⁸ em 1936, acontece uma superprodução na indústria carbonífera europeia, limitando o preço do carvão nacional. Hoff (1992).

O consórcio, tinha sede no Rio de Janeiro com sub-agências em Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre, sendo responsável pela realização de obras, construções, igrejas (como a de Santa Bárbara, padroeira dos mineiros) clubes sociais, controle das vilas de operários, navegação estaleiro Mabilde, educação (SENAI)¹⁹ bem como a construção de diversas escolas e hospitais, tendo participado ativamente do processo de transformação da região carbonífera. Chamado até hoje “o pai de todos”²⁰, o CADEM administrou as empresas de mineração e obteve grande reconhecimento social, conforme apresentado por Golasz (2013):

Paralelamente ao ápice produtivo e ao enaltecimento dos agentes governamentais, o período de atuação do CADEM na região foi notabilizado pela criação de uma infraestrutura mínima de prestação de serviços básicos à população local. A preocupação com a permanência dos empregados nas vilas mineiras incutiu na direção da companhias e idéia de que era necessário fornecer-lhes condições mínimas de vida para que estas, atraídas pelo benefício, se submetessem a desempenhar uma atividade considerada de risco. Nesse sentido, a atuação do Consórcio buscava complementar a presença insuficiente do poder público municipal ou mesmo substituí-la, como ocorria na maioria dos casos. (GOLASZ, 2013, p. 42).

O CADEM permaneceu administrando as Companhias EFMSJ e CCMB até o final do ano de 1964, início de 1965 quando ocorreu a fusão a atual Companhia de Pesquisa e Lavras Mineraias (COPELMI).

2.5 COPELMI: HERDEIRA DA HISTÓRIA DA MINERAÇÃO DO ESTADO.

Não se sabe muito sobre o período de transformação e fusão de todas as Companhias à COPELMI, mas sabe-se que a empresa carrega um legado de mais de um século de história sobre a construção da atividade carbonífera na região.

A COPELMI, Companhia de Lavras e Pesquisas Mineraias surgiu em 1943, atuando na prestação de serviços de exploração de carvão, sendo responsável pela empresa COMPEQUI, fornecedora de maquinário para pesquisa de jazidas na região. Em 1965 ocorre a fusão de todas as Companhias de mineração, que passam

¹⁹ curso fundado com intuito de formar técnicos para a Companhia

²⁰ desenvolveu condições básicas de saúde, escola, atividades sociais melhorando a vida dos operários que trabalhavam nas Companhias.

à fazer parte da atual COPELMI, extinguindo-se somente o Consórcio Administrativo de Empresas de Mineração. A COPELMI engloba todas as demais Companhias que iniciaram a trajetória na região carbonífera,

3 O MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO: IDENTIDADE DA REGIÃO CARBONÍFERA

Remetendo ao passado, percebemos que a preocupação com preservação da memória da região, embora sendo tratado tardiamente, inicia-se a partir da década de 80. Em 1983 ocorre a doação do terreno com as antigas ruínas pertencentes à atual COPELMI englobando todas as construções históricas que hoje são parte do acervo patrimonial do Museu, sendo as ações amparadas segundo a Lei 646 de 26 de junho de 1989, que faz referência ao tombamento da área doada pela empresa e das construções que hoje são parte do centro cultural dando amparo legal para as diretrizes de preservação estabelecidas pelo governo do Estado incluindo, o registro do acervo no livro tomo do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE). Assim é iniciada a trajetória do museu que guarda a história de uma atividade que desenvolveu a região e que constitui a identidade da região carbonífera, por meio de sua representação social à atividade mineira e ao próprio mineiro, figura representativa deste processo.

O Museu Estadual do Carvão foi criado em 31 de março de 1986, com o objetivo de preservar a história da mineração na região. Localizado nas ruínas do poço 1 (1908) e da primeira Usina Termelétrica do Brasil (1924) a utilizar o carvão mineral para produção de energia elétrica pela Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (1889-1964) abriga acervo museológico, fotográfico e documental.

[...] O local é uma referência do patrimônio histórico-cultural da Região Carbonífera e guarda um importante acervo museológico e arquivístico, registrando a história da mineração carbonífera do Rio Grande do Sul - ferramentas e utensílios de extração mineral, peças em porcelana para eletricidade, tijolos refratários vindos da Europa, fotografias, livros, mapas, entre outros objetos e documentos que registram a história das minas do carvão, além das ruínas do antigo "Poço 1", inaugurado em 1908, e das galerias da Termelétrica[...].(SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2014)

O centro cultural do museu é constituído do seguinte conjunto arquitetônico:

- I – Usina (prédio das exposições);
- II – Arquivo Histórico da Mineração (Arquivo Permanente);
- III – Almoxarifado (prédio Administrativo, Telecentro Comunitário e Auditório; futuro Cine-Auditório);
- IV – Oficinas/“Pavilhão” (prédio dos cursos PRONATEC e palco de teatro; futuro espaço/salas de oficinas culturais e do Teatro com palco *italiano*);
- V – Casa Amarela (futuro prédio Administrativo);
- VI – Casa da Vigilância (prédio da equipe de vigilantes; futuro restaurante/quiosque);
- VII – “Frontão” (ruínas);
- VIII – Resfriador (ruínas);
- IX – Chaminé (ruínas);
- X – Galerias das caldeiras (ruínas);
- XI – Carregadora (ruínas); e
- XII - Depósito (ruínas).

Atualmente o Museu busca recursos por meio do projeto de restauração do conjunto arquitetônico visando algumas modificações, retomada de projetos e proposta de novas atividades para comunidade. Um dos principais objetivos do museu é congrega as pessoas da comunidade com as atividades culturais que possam mostrar a importância do legado histórico presente no Museu Estadual do Carvão:

Após a materialização do projeto de criação do Museu e as necessárias atividades relacionadas à proteção e recuperação do acervo material, surgia a necessidade de oferecer à população da região o contato com este aguardado e importante referencial histórico mineradora do baixo jacui. O local que vivera desde a segunda metade do século XIX em função da extração de carvão mineral, ressentia-se de um espaço dedicado à preservação de sua história. A aproximação desta população com o Museu foi e tem sido uma preocupação constante dos agentes que administram o local desde sua criação. (GOLASZ, 2013, p. 66).

Durante o ano, são realizadas muitas visitas por escolas da região, buscando dessa forma fortalecer e disseminar a história construída por seus familiares em muitos casos. O Museu ainda necessita de diversas ações de melhoria e difusão, entretanto pode-se notar que desde a década de 80 pessoas da região tem se interessado pela história inclusive participando de projetos e prestando serviço comunitário ao Museu, que é referência da região carbonífera.

3.1 O ARQUIVO HISTÓRICO DA MINERAÇÃO (AHM)

Como parte do Centro Cultural do Museu Estadual do Carvão, o prédio do AHM foi tombado como patrimônio histórico pelo IPHAE, em 1986, sendo utilizado anteriormente como o laboratório de análises químicas da CEFMSJ. Entre os anos de 2011 e 2012 o prédio passou por restauro para que pudesse cumprir seus objetivos de guarda e acesso aos documentos que constituem o acervo histórico da mineração. Atualmente o Arquivo ainda encontra-se em fase de implantação, mas já abriga parte da documentação que está sendo trabalhada e que ainda necessita de diversas etapas para a sua completa disponibilização e preservação visto que a maior parte dos documentos encontra-se em estado delicado.

3.2 A FIGURA DO MINEIRO E A RECONSTRUÇÃO DE SUA IDENTIDADE E COTIDIANDO POR MEIO DOS DOCUMENTOS

Com vestimenta simples, composta de boné, cinta, alpargata e lampião, formou-se a figura do mineiro que representa mais de um século de história e auxiliou na construção da região carbonífera. Muitas são as histórias que os envolvem e muitas são as lembranças que unem a memória de uma época de transformações do passado para o presente.

Muitos vieram em busca de trabalho, vindos de diversas as regiões e de diferentes nacionalidades, acomodando-se aos poucos e iniciando a trajetória de crescimento da região durante os séculos XVII e XVIII. Inicialmente as condições de moradia eram poucas, mas com a criação do CADEM, que administrou as condições básicas construindo escolas, hospitais, forneceu moradias e alimentação, benefícios esses que eram descontadas em pequenas taxas, tornaram o trabalho nas minas um atrativo para as famílias.

Muitas fichas demonstram estes descontos realizados, correspondências e relatórios, fichas de registro de impostos, mapas e plantas diversas das construções e obras realizadas na região, evidenciando o crescimento proveniente da atividade carbonífera.

Embora todas as condições básicas fossem atrativas frente a uma época economicamente instável e de guerra, todas as vantagens tinham um alto preço, e trabalhar nas minas não era uma atividade fácil de ser cumprida.

As condições de trabalho e a segurança para realização da atividade eram quase inexistentes. As únicas formas de evitar os acidentes era criando contenções, os chamados “paus de mina”²¹ que sustentavam o interior evitando desmoronamentos. A produção e movimentação são informações encontradas na documentação, bem como o lampião do mineiro que apagava caso houvesse alguma fuga de gás no interior da mina. Retomando as condições de segurança, são inúmeros os processos trabalhistas encontrados no acervo, operários que recorriam ao pagamento de indenizações por moléstia profissional em maior parte conhecida pela “antracose”²², a doença do mineiro, que prejudicava o coração e os pulmões devido a poeira do carvão, dentre outros acidentes graves que impossibilitavam o retorno do mineiro às atividades. É comum para os mais antigos da região o relato de histórias de acidentes ocorridos, e com eles, a perda de amigos e familiares nas minas. Segundo Sulzbach (1989.p.71) *“Riscos de toda a sorte, em todas as atividades do minerador, sempre foram uma constante. Não poucos saíram delas mutilados, muitos ficaram fisicamente inutilizados e outros nela pereceram”*.

Muitas são os relatos que constituem a trajetória da mineração no Estado, e muitos são os feitos daqueles que batalharam pela construção da atividade na região. O mineiro, figura representativa da atividade, é lembrado por sua coragem e também pelo seu sofrimento por cada decante que deixou na região carbonífera, e sua história e representação social permanecem vivas, por meio do acervo e da representatividade no Museu Estadual do Carvão.

²¹ escoras de madeira utilizadas pelos mineiros para sustentar as galerias no interior das minas e evitar desmoronamentos.

²² doença pulmonar decorrente da exposição excessiva ao pó de carvão.

3.3 ANÁLISE ARQUIVÍSTICA SOBRE O ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO DA MINERAÇÃO

Os fundos que constituem o Arquivo Histórico da Mineração, no Museu Estadual do Carvão são formados pela documentação proveniente das diversas Companhias, que realizavam a atividade mineradora durante o século XVIII e XIX e que englobam a região carbonífera dos municípios de Arroio dos Ratos, Charqueadas, São Jerônimo, Minas do Leão e Butiá. Até o momento sabe-se, por meio das etapas do mapeamento e da identificação de fundos que os documentos datam de 1917-2003, e que a constituição é feita de 4 (quatro fundos) EFMSJ, CCMB (CIA RIOGRANDENSE), CADEM e COPELMI, sendo três empresas voltadas para a atividade fim extração de carvão e uma para a atividade meio administrativa.

O acervo histórico esta em processo de gerenciamento arquivístico. Foi definido preliminarmente como fundos, os registros das Companhias que realizavam extração de carvão, e essas irão constituir o quadro que arranjo a ser elaborado. A documentação encontrada durante o reconhecimento e identificação dos fundos foi a da segunda Companhia mineradora, a Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (EFMSJ), que iniciou a atividade em 1889 em Arroio dos Ratos. Do fundo é encontrada documentação referente a processos trabalhistas em sua maior parte, eram submetidos e a falta de leis trabalhistas e sindicatos que apoiassem as reivindicações dos operários, livros ponto e correspondências, trocadas entre a agência de Porto Alegre e a sede da empresa localizada no Estado do Rio de Janeiro. Suas atividades se estenderão até a década de 50 e sua extinção com a completa fusão das Companhias durante o final do ano de 1964, início de 1965.

Em 1917, a Cia. Riograndense de Mineração (CCR) iniciou suas atividades no município de Butiá. A documentação proveniente desse fundo constitui-se de diversas correspondências trocadas entre o engenheiro responsável pelos trabalhos na mina Maúre e agência em Porto Alegre. São encontrados também livros pontos, relatórios de exploração de carvão, fichas referentes à veículos e transportes, folhas de pagamento, alimentação dos mineiros, cartões ponto, registro de atividade ligada a puericultura²³, diversos recibos de materiais e maquinários bem como de serviços

²³ na atividade mineradora eram postos de fornecimento de alimento e materiais aos filhos dos mineiros (mamadeiras, leite).

realizados nas minas. Com a criação da Cia. Minas do Butiá (CCMB) ocorreu à fusão das duas empresas, transferindo-se a documentação da Cia Riograndense para nova empresa de mineração.

A Cia. Minas de Butiá era responsável pelo transporte aéreo do carvão, de Charqueadas até o município de Butiá, sendo recorrente encontrar documentação referente aos materiais utilizados, relatório de transportes e recibos de serviços realizados no Cabo Aéreo. Também ficava sobre administração da empresa o controle do Porto do Conde onde o transporte fluvial de carvão era realizado. A empresa extraía carvão em diversos poços, sendo os mais conhecidos são o poço R-1, o R-2, o poço 3 e o 4 e ainda a Mineração Recreio, também pertencente à Companhia.

Durante o período da Segunda Guerra Mundial, a economia sofreu um grande impacto que atingiu inclusive a atividade de exploração de carvão. Tendo em vista a oportunidade de crescimento das empresas de mineração, os diretores decidiram criar o Consórcio Administrativo de Empresas de Mineração (CADEM) com sub-agências em Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande e com sede no Rio de Janeiro tendo sob direção um dos diretores dos grupos mineradores Humberto Lupinacci e Roberto Cardoso. Fundada com o objetivo de administrar as demais atividades meio (recebimentos, pagamentos de operários, compras de materiais, equipamentos, máquinas, pagamentos de aposentadorias pensões referente a acidentes de trabalho) das carboníferas que focariam todas as atenções para a atividade primordial, a extração de carvão redobrando inclusive o horário de trabalho dos operários nas minas, informação constatada em muitos documentos por meio de um carimbo utilizado na época com as palavras *esforço de guerra*. Em 1936 o CADEM assume as atividades administrativas, passando a controlar inclusive a compra de terrenos para exploração de carvão, representação em processos judiciais e trabalhistas, obras e construções, financiamento das atividades sociais nas vilas de operários, clubes de futebol, escolas e igrejas. A documentação proveniente do fundo é vasta, são folhas de pagamento, relatórios, plantas, informativos, recibos de pagamento de obras, reformas de igrejas, escolas e serviços nas vilas e nas minas, alimentação, vestuário de operários, correspondências trocadas entre os diretores Dr. Roberto Cardoso, Elias e os engenheiros responsáveis pelas atividades nas minas, pedidos de máquinas e materiais. O CADEM inclusive passou a ser responsável pelo transporte fluvial de carvão tendo sob seu controle o Estaleiro

Mabilde, localizado na ilha da Pintada, sendo o administrador dos pagamentos dos marinheiros e operários que lá trabalhavam, gerenciando inclusive a compra, venda e manutenção das embarcações.

Em 1948, a atual COPELMI já atuava na extração de carvão, embora somente realizando serviços terceirizados de exploração de jazidas e análise de terrenos a serem explorados pelas empresas, sendo administrador inclusive da criação de gado para alimentação, e da COMPEQUI, empresa fornecedora de equipamentos e materiais para exploração de jazidas. A COPELMI produziu documentos referentes, em sua maioria, a relatórios de compra de materiais, folhas de pagamento contendo inclusive documentação atual. Nos anos de 1964 e 1965 houve a fusão completa de todas as empresas, passando o controle de extração e produção de carvão à atual COPELMI MINERAÇÃO LDTA, localizada no município de Butiá.

Quando nos remetemos ao tratamento de acervos permanentes sabemos que são etapas de pesquisa no sentido de que muitas vezes os documentos de valor histórico são recolhidos aos arquivos sem qualquer tratamento arquivístico predeterminado. É necessária aplicação de etapas complementares, como por exemplo, à definição de tipologias documentais escopo desse trabalho, que serve de base tanto para o desenvolvimento do quadro de arranjo como para a etapa de descrição, com indica Bellotto:

O emprego da tipologia documental no que fazer arquivístico é recente, pois foi iniciado nos meados da década de 1980 pelo Grupo de *Trabajo de Archiveros Municipales de Madrid*. Tem-se mostrado vantajoso nos vários segmentos do processamento documental, tais como:

- a) Na classificação/arranjo por facilitar o entendimento da composição das séries
- b) Na descrição, esclarecendo que os conteúdos veiculados em determinado formato jurídico tem certos dados que são fixos e outros variáveis e que este conteúdo liga-se de forma obrigatória à espécie que o veicula. [...]. (BELLOTTO, 2008, p.78).

A autora cita ainda a importância da definição de tipologias na etapa de avaliação de documentos, mas sua abordagem e aplicação são focadas em documentos que já possuem tratamento arquivístico, ou seja, que já possuem um plano de classificação e uma tabela de temporalidade presente. A avaliação a ser realizada no acervo histórico da mineração segue uma aplicação um pouco diferente nessa etapa, pois trata-se de uma massa documental acumulada sem tratamento,

que vai ser efetuado à *posteriori*, conforme a importância de suas informações, e relevância. Da mesma forma, a aplicação da etapa de tipologias documentais se faz essencial, pois por meio das fichas de identificação a serem elaborados será possível analisar as informações para aplicação da etapa. Já a descrição além de auxiliar na localização da documentação por seu formato adquirido segundo a ação geradora, permite que não ocorram confusões em casos de séries iguais de diferentes fundos, pois esta determinação de tipologias documentais engloba a pesquisa e análise não somente dos aspectos internos, mas externos dos documentos, facilitando a distinção nesse caso e também para o desenvolvimento dos instrumentos de pesquisa decorrentes da etapa. Os fundos ainda necessitam de muitas fases arquivísticas para que possam finalmente ser disponibilizados para pesquisadores e comunidade em geral.

A metodologia de análise de tipos documentais tem sua origem na busca por respostas que pudessem preencher lacunas para o problema das massas documentais acumuladas. Nesse sentido para que se possa compreender a aplicação dos tipos documentais, se faz necessária a contextualização do surgimento da tarefa de identificação em âmbito arquivístico.

Durante a década de 80, a busca por soluções que pudessem resolver a problemática de acumulação de documentos administrativos, tendo em vista a falta de metodologias em âmbito europeu e norte-americano, impulsionou a formação de grupos de trabalho. Segundo Rodrigues (2011), os primeiros debates sobre a metodologia surgem em âmbito espanhol e foram apresentados na *Primeira Jornada sobre Metodologia para a Identificação e Avaliação de Documentos da Administração Pública*, em Madri no ano de 1991. O resultado das discussões foi a publicação do conceito de identificação no *Diccionario de Terminologia Archivística*.

Com a abertura para novas discussões acerca da metodologia de identificação já preconizada pelos espanhóis, novos grupos de trabalho foram formados com o mesmo objetivo em comum, o tratamento da documentação acumulada nos arquivos. A partir das novas perspectivas, países como Brasil, Portugal e México formaram grupos de pesquisa em torno da problemática e no desenvolvimento da tarefa de identificação. No Brasil o Arquivo Nacional, da mesma forma, enfrentava problemas para o tratamento dos documentos em suas esferas públicas e no próprio arquivo, criando em 1981 O *Grupo de Identificação de Fundos Internos (GIFI)*, com a finalidade de encontrar uma resposta para identificar

documentos acumulados na sede do Rio de Janeiro. Rodrigues (2011) afirma que no mesmo ano é criado o Grupo de *Identificação de Fundos Externos (GIFE)* com objetivo da criação de uma política de recolhimento, de transferência e a implantação de um arquivo intermediário por meio da Divisão de Pré-Arquivo. O Arquivo Nacional criou ainda um projeto de Gestão de Documentos que visava resolver os problemas de acúmulo de documentos nos arquivos dos órgãos públicos. O desenvolvimento metodológico obtido pelos grupos construiu publicações técnicas que tem como principais métodos para tratamento de fundos acumulados o termo identificação, publicado do *Dicionário brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005)*.

4 DO SURGIMENTO À APLICAÇÃO: A ATUAÇÃO DAS TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS NO CAMPO ARQUIVÍSTICO

A metodologia de identificação segundo Rodrigues (2011.p,3), [...] consiste em estudar analiticamente o documento de arquivo e os vínculos que mantém com o órgão que o produziu, seja em fase de produção ou de acumulação [...]. A aplicação da tarefa consiste em identificar o produtor e posteriormente o documento, podendo ser aplicada durante todo o ciclo documental.

As novas discussões acerca do tema iniciaram uma vasta quantidade de pesquisas científicas e aplicações práticas, Vicenta Cortés Alonso foi uma das coordenadoras do *Grupo de Arquivistas Municipais de Madrid*, grupo pioneiro que desenvolveu a aplicação metodológica para identificação de tipologias documentais. O grupo coordenado por Alonso inovou ao aplicar a Diplomática clássica utilizando-se do método comparativo entre séries acumuladas e séries atuais para o tratamento arquivístico, por meio dos resultados obtidos novos grupos e fóruns de discussão formaram-se em torno do conceito de identificação e a metodologia aplicada pelo grupo de Alonso foi sendo adaptada e agregada. No País as publicações de Heloísa Liberalli Bellotto (1982-1990) são consideradas referências na tarefa de análise de tipologias documentais. Para Rodrigues (2011.p,5) *no âmbito dos processos de identificação interessa verificar como a identificação de tipologias documentais esta relacionada com as atuais discussões em torno da teoria e da metodologia da Diplomática.*

A diplomática é uma disciplina de investigação que não tem como foco preliminar o conhecimento da instituição produtora de documentos, mas sim os procedimentos administrativos que produziram os arquivos: *a metodologia diplomática baseia-se na espécie documental.* Segundo Bellotto (2006, p.57) “o objeto da diplomática constitui-se na estrutura interna do documento, o estudo jurídico das partes e de suas características para constatação de sua autenticidade e fidedignidade”.

Com a incorporação da identificação a diplomática surge como uma disciplina *reinventada* modificando seus conceitos e estendendo sua atuação na Arquivística. A Tipologia Documental, Diplomática contemporânea ou ainda Diplomática Arquivística, assim denominada por alguns autores, parte obrigatoriamente do princípio da proveniência estabelecendo o estudo do documento gerado a partir do

conhecimento de seu organismo produtor e dos procedimentos administrativos adotados englobando suas atividades, funções desenvolvidas e o contexto em que os documentos foram produzidos como estabelece a autora:

Quando se parte da diplomática, o elemento inicial é a decodificação do próprio documento, sendo duas etapas: da anatomia do texto ao discurso, do discurso à espécie, da espécie ao tipo, do tipo à atividade, da atividade ao produtor. Quando se parte da arquivística, o elemento inicial tem que ser necessariamente a entidade produtora, sendo o percurso: da competência estrutura, da estrutura ao funcionamento, do funcionamento à atividade refletida no documento, da atividade ao tipo, do tipo à espécie da espécie ao documento. (BELLOTO, 2006, p.61).

Como podemos observar, embora as metodologias sejam provenientes do mesmo campo, apresentam formas distintas de aplicação. Quanto à identificação metodológica diplomática ligada à espécie e a identificação da tipologia documental relacionada à arquivística:

Por isso, a tipologia documental, ao incorporar todo o corpo teórico e metodológico da antiga diplomática, pode ser chamada de diplomática arquivística ou, melhor ainda (se se atentar para o quanto o objeto e os objetivos de ambas podem ser algemados, de diplomática contemporânea, como quer Bruno Delmas. Para ele, a preocupação da diplomática é, agora menos o estudo da estrutura, da forma, da gênese ou da tradição e mais tipologia dos documentos (BELLOTO, 2006, p.53).

A identificação de tipologias documentais encontra na Diplomática Contemporânea fundamentos teóricos e metodológicos apresentando efetiva contribuição para o campo arquivístico, permitindo ao arquivista atuar como um produtor de conhecimento científico.

Conforme o levantamento apresentado no trabalho de Ana Célia Rodrigues (2008), intitulado *Diplomática Contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*, diferentes perspectivas são relatadas para os tratamentos arquivísticos que podem ser desenvolvidas por meio da definição de tipologias documentais, podendo incidir sobre todo o ciclo vital do documentos:

Os resultados destas pesquisas do Grupo de Estudos de Identificação aqui referenciados somam-se às perspectivas abertas sobre a aplicabilidade da identificação de tipologias documentais para a realização de tarefas arquivísticas, divulgadas anteriormente por Rodrigues (2003). No âmbito dos estudos de identificação arquivísticas, as contribuições destas análises vem reafirmando a pertinência da tipologia documental tomada como base

teórica e metodológica para a identificação de documentos de arquivo. Este aspecto permite o esboço de uma proposta de sistematização de procedimentos de identificação, a serem aplicados às funções arquivísticas desenvolvidas no âmbito dos programas de gestão documental e para o tratamento de massas documentais acumuladas, para efeitos de implantação de sistemas de arquivo.(RODRIGUES, 2008.p. 216)

A metodologia de definição de tipologias documentais foi aplicada no acervo da Prefeitura Municipal de Santos (São Paulo) em 1991 (Fundo Câmara Municipal de Santos séc. XVIII e XIX), Prefeitura Municipal de Ouro Preto, em Minas Gerais, em 1995 (Fundo Câmara Intendência e Prefeitura Municipal de Ouro Preto séc. XVIII e XIX), Arquivo do Estado de São Paulo em 1997 (Fundo Tesouro Provincial de São Paulo séc. XIX) entre outras instituições, obtendo-se grande êxito. Em 2007 Luiza Xavier Martins com a coordenação da professora Ana Célia Rodrigues decide aplicar a metodologia inovadora para o tratamento do Fundo da Prefeitura Municipal de Marília em São Paulo trabalhando com uma amostragem de documentos produzidos entre os anos de 1930 e 1970:

A fase de identificação tipológica teve início com a abertura das caixas para saber o que realmente havia lá dentro. Assim foi analisado “documento por documento” com o objetivo de identificar, qual a espécie documental utilizada na produção de cada tipo documental; a atividade desempenhada pelo órgão produtor, que pode ser comprovada no conteúdo do documento; qual é sua data de produção e qual é o setor que o produziu [...]. (RODRIGUES, 2008, p.211).

Segundo Rodrigues (2008, p. 210) no tratamento de fundos depositados em arquivos permanentes, esta identificação tem se revelado uma ferramenta eficaz para recuperar a proveniência e a organicidade perdidas nos processos de acumulação de documentos, e neste sentido a abordagem tem sido aplicada em arquivos permanentes com resultados satisfatórios.

Neste caso, a definição de tipologias documentais parte da análise do próprio documento, ou seja, da diplomática, por meio de seu conteúdo e estrutura, que irão revelar a relação entre o documento e o produtor, bem como o reconhecimento da sua ação geradora. Entretanto com base na definição de Bellotto (2006,p.61) o ponto de partida das tipologias documentais, ou da Diplomática ou da Arquivística, dependerá das informações legislativas, da integridade da proveniência do fundo

produtor e da organicidade dos conjuntos, necessitando dessa forma de uma breve análise do acervo.

A definição de tipologias documentais é tarefa essencial de pesquisa e estudo da gênese documental para as atividades de arranjo e descrição nos arquivos permanentes, pois auxilia na determinação das séries documentais, visto que o arranjo é uma atividade de organização baseada na estruturação das séries que irão constituir o quadro de arranjo:

Estes elementos registrados no processo de identificação revelam o vínculo que o documento mantém com a sua origem e são necessários para as tarefas arquivísticas a serem desenvolvidas no âmbito do tratamento técnico, a classificação e a descrição. (RODRIGUES, 2008, p.223).

Posteriormente ao arranjo temos a etapa de descrição, que necessita da caracterização de elementos formais como a tipologia documental para construção de instrumentos de pesquisa próprios da etapa e para que o arquivista tenha segurança na transcrição das informações:

“Para a descrição, o assunto do documento torna-se mais claro porque, segundo a tipologia do documento, o mesmo assunto pode estar sendo abordado diferentemente. Por outro lado, para melhor atender a seu “cliente” mais habitual- o historiador- o controle da distinção entre várias formas de *conscriptio*²⁴ é indispensável.” (BELLOTTO, 2006, p.92).

A aplicação de tipologias documentais tem se mostrado satisfatória, não somente para aplicação em acervos históricos²⁵, mas também para o controle das fases da gestão documental, auxiliado o arquivista no processo de produção e gerenciamento dos documentos.

No caso em análise, o processo exigiu um trabalho de pesquisa e estudo do produtor e dos documentos, tendo como base os princípios diplomáticos contemporâneos para sua efetiva aplicação. A definição de tipologias documentais é o objetivo dessa etapa, e para sua concretização, foi necessário o estudo do conteúdo histórico das companhias de mineração da região carbonífera, legislativo e

²⁴ *conscriptio*: pode ser vista como a passagem para o escrito sob condições juridicamente válidas, dessa atuação das partes (a própria etimologia da palavra explica isso: de *conscribo*, consignar por escrito) Bellotto (2006,p.58)

²⁵ acervos históricos: a ênfase atribuída às funções de arranjo, descrição e a metodologia de Ana Célia descrita para massas documentais deve-se ao fato do foco dessa monografia, o tratamento arquivístico do acervo da mineração.

uma análise dos documentos que compõem o acervo, bem como pesquisa em bibliografias que refletissem o histórico, as ações e a estrutura organizacional dos produtores, buscando dessa forma a melhor aplicação da proposta para o Acervo Histórico da Mineração.

5 A APLICAÇÃO METODOLÓGICA DA TIPOLOGIA DOUMENTAL PARA O ACERVO DA MINERAÇÃO

Com base nas informações resultantes das atividades de mapeamento e identificação preliminar do acervo já realizado, constatou-se a necessidade de aplicação das tipologias documentais que irá proporcionar o reestabelecimento das atividades e funções exercidas pela Companhia e sua relação com os documentos, auxiliando a partir da análise tipológica nas demais funções concernentes para o tratamento dos documentos permanentes tais como arranjo e descrição, partindo-se da espécie documental para reconhecimento das ações.

A configuração da diplomática contemporânea ou identificação de tipologias documentais visa o reestabelecimento da organicidade e proveniência partindo-se da análise do documento, independente das características do seu conjunto:

Na análise tipológica a partir da Diplomática, parte-se da espécie. Portanto, a identificação Diplomática de um documento independe das características do conjunto. Neste sentido, a análise vai verificar se:

1) a expressão Diplomática (espécie) corresponde realmente ao ato jurídico-administrativo para o qual ela está servindo de meio; 2) a tramitação (procedimento de gestão) corresponde/correspondeu à expressão Diplomática, já que o ato implícito na espécie tem trâmites obrigatórios; 3) vai abster-se do levantamento das relações internas dentro do conjunto documental ao qual a unidade estudada pertence, porque a verificação Diplomática independe das características do conjunto. (BELLOTTO, 2002, p. 94).

O uso da Diplomática como ponto de partida para a elaboração da Ficha de Identificação deve-se à falta de conhecimento jurídico das companhias em se tratando de documentos de valor permanente sem qualquer gerenciamento.

A efetivação da análise tipológica a partir da Arquivística exige conhecimento prévio:

1) da estrutura orgânico-funcional da entidade acumuladora;
2) das sucessivas reorganizações que tenham causado supressões ou acréscimos de novas atividades e, portanto, de tipologias/séries. (BELLOTTO, 2002, p.95).

Conforme referido no capítulo anterior, e com nos conceitos diplomáticos contemporâneos para a elaboração das fichas de identificação dos tipos documentais devesse levar em conta em sua constituição os elementos intrínsecos ou de substância e os elementos externos ou extrínsecos, remetendo justamente a

idéia do *actio* e *conscriptio* de forma que se possa identificar a estrutura e o conteúdo do documento. Os elementos internos são baseados nos preceitos da proveniência, no sentido de se analisar a função de sua produção e o produtor, tais como o assunto, data tópica e cronológica (tempo e espaço). Já os elementos externos são baseados na forma, espécie que assume o documento conforme sua função, suporte. A reunião desses elementos servirá para entendimento do conjunto de documentos que irá refletir o vínculo entre o documento e o órgão produtor e que conseqüentemente irá estruturar o arranjo e descrição:

Para estruturação do arranjo a definição das tipologias documentais é fundamental, pois a partir da análise isolada dos documentos chega-se à identificação do conjunto que reflete as funções do órgão produtor dos documentos,

Com base nesses conceitos apresentados, a análise proposta tem como objetivo reconhecer a ação geradora dos documentos e o vínculo com seu produtor por meio dos elementos de estrutura e conteúdo definindo-se nesse contexto as tipologias documentais para o acervo da mineração.

As publicações e aplicações da identificação de tipologias documentais segundo Rodrigues (2008), não vem recebendo a devida atenção no Brasil, entretanto é amplamente aplicada e aprimorada internacionalmente. No País embora o desenvolvimento da tarefa não tenha se apresentado de forma constante, a aplicação da metodologia tem sido utilizada com êxito durante todo o ciclo vital dos documentos. A metodologia de identificação de tipos documentais para o tratamento de massas documentais acumuladas, abordada no trabalho de Ana Célia Rodrigues, foi aplicada com êxito na monografia de Luiza Xavier Martins, para o tratamento do Fundo da Prefeitura de Marília em São Paulo, no ano de 2007. O trabalho foi desenvolvido com base no seguinte roteiro:

1. Fonte de pesquisa: os próprios documentos, como ponto de partida metodológico; estudos históricos e legislação pertinente à estrutura e funcionamento do órgão produtor no período:
2. Denominação do tipo
Manuseio e leitura individual das peças documentais
Caracterização da espécie a partir das definições apresentadas em dicionários especializados
Fixação do tipo documental, a partir da denominação da atividade registrada. Regra: identificar no texto do documento o verbo que explicita o início da ação administrativa correspondente e a matéria que se refere à ação. (RODRIGUES, 2008, p.223).

A análise do órgão produtor tem como objetivo coletar informações referentes à datação, período de desenvolvimento das atividades e o encerramento das mesmas, localização tópica (espaço), funções do produtor, contexto histórico, determinação das datas baliza do fundo a ser trabalhado bem como conhecimento da legislação pertinente ao produtor. Com base na metodologia apresentada, que servirá de fundamento para a estruturação das Tipologias Documentais, se faz necessária a elaboração de uma ficha de identificação do produtor, para que possam ser registradas as informações que irão reestruturar as atividades e funções com o objetivo de recuperar a proveniência:

Por definição, o fundo de arquivo não pode existir sem que o princípio da proveniência seja aplicado. Ora o documento de arquivo que não faz parte integrante de um fundo de arquivo tem evidentemente um valor intrínseco de informação, mesmo que não lhe possa atribuir plenamente essa ordem administrativa e esse valor de testemunho ou *evidential value*. (ROSSEAU; COUTURE, 1998, p. 82).

A Ficha de Identificação do órgão produtor irá reestabelecer o contexto histórico do órgão, suas atribuições, funções, o período de desenvolvimento da atividade, a localização e a legislação fornecendo a partir dessas informações registradas as bases para identificação da relação entre o produtor e o documento:

Quadro 1 – Modelo de Ficha de Identificação do Organismo produtor

Ficha de Identificação do Organismo Produtor
Denominação do Órgão produtor: Razão jurídica do produtor
Função-atividade: Denominação da atividade fim
Data de criação-extinção: Temporalidade de execução das atividades fim.
Localização geográfica: local
Legislação: que reflita a estrutura do produtor
Contexto histórico: levantamento de informações obtidas por meio de pesquisas de contexto histórico, entrevistas e demais informações pertinentes.
Fundo: proveniência dos documentos
Data Baliza do fundo: Período de produção dos documentos que refletem as ações e atividades.

Fonte: elaboração da autora (2014).

A segunda etapa proposta consiste na elaboração de uma tabela onde serão registradas as espécies encontradas a partir da consulta a glossários especializados:

O objetivo é fornecer parâmetros para identificar o tipo documental, denominando-o corretamente a partir da ação que justificou sua produção e caracterizá-lo, a partir dos elementos que integram sua estrutura e conteúdo. Estes elementos serão objeto de análise comparativa com outros documentos semelhantes e serão usados para definir as séries. (RODRIGUES, 2008, p. 223).

O reconhecimento da estrutura e das ações registradas nos documentos, juntamente com as tipologias documentais preliminares atribuídas durante o mapeamento do acervo, facilitam a visualização dos conjuntos que irão compor as séries a partir das funções:

Quadro 2 – Modelo de Tabela de Identificação de Espécies e Tipologias documentais

Tabela de Identificação de Espécies e Tipologias Documentais do produtor	
Espécie	Tipo Documental
Definida a partir da estrutura do documento	Definido a partir das ações refletidas nos documentos

Fonte: Ana Célia Rodrigues (2008).

Os elementos registrados na ficha e na tabela desenvolvidas fornecem parâmetros para definição das tipologias documentais, que são estruturadas com base nas informações do produtor e na análise dos documentos que revelam as funções desenvolvidas durante a atividade. A ficha de identificação de tipologias busca agrupar os documentos por meio dessas ações, bem como coletar demais informações que possam auxiliar na recuperação da organicidade dos documentos que tiveram sua acumulação orgânica rompida no interior dos conjuntos.

Quadro 3 – Ficha de Identificação de Tipologias Documentais

Ficha de identificação de Tipologias Documentais
Tipologia documental:
Assunto: breve descrição da função para qual o documento foi criado
Data de criação: produção do documento
Legislação: localizada no próprio documento.
Notação de classificação: Para fim de localização dos documentos
Série: refletida na análise das ações e atividades do produtor e dos documentos

Subsérie: a partir da definição da tabela de identificação de espécies e Tipologias Documentais

Documentos anexos: recuperação dos conjuntos, reestabelecimento da organicidade

Observações: em caso de informações adicionais.

Fonte: elaboração da autora (2014).

5.1 A SELEÇÃO DOS DOCUMENTOS E A DEFINIÇÃO DAS TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS

O acervo da mineração é constituído de 4 fundos das empresas de mineração que exerceram a atividade na região durante os anos de 1889 a 1963. Tratando-se de uma massa documental acumulada de grande volume, os documentos estão em processo de mapeamento.

Para a aplicação da metodologia proposta nesta monografia foi selecionado o fundo da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo que desenvolveu a atividade mineradora no município de Arroio dos Ratos durante o período mencionado. O fundo da Companhia foi selecionado em função da finalização da identificação dos documentos e da importância da Companhia, visto que foi a primeira empresa a consolidar o carvão gaúcho no mercado brasileiro utilizando-se de estratégias fundamentais para sua continuidade diante do cenário competitivo do carvão inglês na época.

Os registros e os objetos provenientes da Companhia são encontrados no Museu Estadual do Carvão, os mais representativos são o chamado “frontão” pertencente à usina termoelétrica e o poço 1, localizado na entrada do Museu. É notável a importância histórica da Companhia que deu continuidade ao investimento nacional na exploração do carvão, concretizando e afirmando a atividade mineradora da região.

Com base nas considerações apresentadas e no roteiro proposto pela metodologia, a identificação inicia-se pela pesquisa e registro dos dados concernentes à Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo.

Quadro 4 – Ficha de Identificação da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo

Ficha de Identificação da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (1889-1964)
Denominação do produtor: Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo, e empresa com sede no Estado do Rio de Janeiro, com subagências em Porto Alegre e Arroio dos Ratos.
Função-atividade: Extração e transporte de carvão mineral.
Data de criação-extinção: 1889-1964
Localização geográfica: Arroio dos Ratos, 3º distrito de São Jerônimo ²⁶ .
Legislação: DECRETO Nº 15.211, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1921. (Art. 1º) As disposições ²⁷ : deste Regulamento são <i>applicaveis</i> a todas as minas existentes no paiz, ás jazidas reconhecidas ou supostas de valor industrial, ao conjunto dos trabalhos <i>necessarios</i> ao seu aproveitamento e ás <i>instalações</i> e obras de arte, <i>subterraneas</i> ou <i>superficiaes</i> , destinadas á <i>extracção</i> e ao tratamento

dos mineiros.). DECRETO-LEI Nº 1.985, DE 29 DE MARÇO DE 1940 , estabelece o regime do seu aproveitamento e regula a intervenção do Estado na indústria de mineração, bem como a fiscalização das empresas que utilizam matéria prima mineral. Não foram localizados estatutos próprios da companhia.
Contexto histórico: Criada em 1889 a companhia consolidou o carvão gaúcho no mercado interno e ampliou a rede ferroviária para melhoria do transporte de carvão via locomotivas e transporte fluvial pelo Rio Jacuí. Fundou a Usina Termoelétrica localizada no museu do Carvão, forneceu carvão a então Usina do Gasômetro localizada em Porto Alegre. Pertenciam à companhia os poços Otávio Reis em Charqueadas, Mina Faxinal e os poços 1 e 5 localizados em Arroio dos Ratos, muito conhecida por Minas dos Ratos.
Fundo: Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo.
Data Baliza do fundo: 1917-1961
Observações:

Nota²⁶: durante o período mencionado Arroio dos Ratos assim como outras localidades, fazia parte de São Jerônimo, sendo determinado como 3º distrito do município.

Nota²⁷: a nomenclatura oficial foi mantida conforme a época da publicação.

Fonte: elaboração da autora (2014).

Em função de se tratar de uma Companhia fundada há mais de um século, a legislação pertinente ao estatuto interno não foi localizada, entretanto os próprios documentos e demais pesquisas realizadas propiciaram a localização de Decretos e Leis Federais pertinentes, que foram registrados para fins de identificação das atividades do produtor tais como o Decreto nº 15.211 de 28 de dezembro de 1921 que aprova o regulamento relativo à propriedade e a exploração das minas, apresentando disposições gerais da atividade, e o Decreto nº 1.985 de 29 de março de 1940 (Código de Minas), onde são apresentadas todas as disposições sobre o direito e aproveitamento das minas bem como a fiscalização e intervenção do Estado na atividade. As demais leis e regimentos pertinentes à produção dos documentos trabalhados são apresentados nas fichas das tipologias documentais.

A partir da estruturação e identificação do fundo da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo, pode-se partir para a estruturação da Tabela de espécies definidas a partir dos próprios documentos e das tipologias documentais preliminares adotadas durante o mapeamento do acervo:

Quadro 5 – Tabela de Identificação de Espécies e Tipologias Documentais do fundo da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo

Tabela de Identificação de Espécies e Tipologias Documentais Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo	
ESPÉCIES	TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS

<p style="text-align: center;">FOLHA</p> <p>Lista de comprova o pagamento de vencimentos aos funcionários.</p>	<p>Folha de pagamento de vencimentos</p>
<p style="text-align: center;">LIVRO</p> <p>Documento em branco, em geral encadernado para fins de registro de dados</p>	<p>Livro de registro de ponto</p>
	<p>Livro de matrícula</p>
	<p>Livro de registro de compras de materiais</p>
	<p>Livro de registro de materiais</p>
	<p>Livro de registro de movimentação</p>
	<p>Livro de registro de transporte</p>
<p style="text-align: center;">CONTRATO</p> <p>Documento que estabelece a convenção pela qual duas ou mais partes se obrigam a dar, fazer ou deixar de dar ou fazer algo</p>	<p>Contrato de arrendamento de terreno</p>
	<p>Contrato de compra e venda</p>
	<p>Contrato de compra de material</p>
<p style="text-align: center;">RECIBO</p> <p>Declaração por escrito de se ter recebido alguma quantia.</p>	<p>Recibo de compra</p>
<p style="text-align: center;">CARTA</p> <p>Forma de correspondência do alto escalão da administração pública em comunicações sociais decorrentes de cargo e função públicos. Nas entidades privadas de área comercial, industrial, bancária, social etc., a carta é forma de correspondência largamente utilizada para transmitir informações solicitar favores, fazer convites etc.</p>	<p>Carta administrativa recebida</p>
	<p>Carta administrativa expedida.</p>
<p style="text-align: center;">PROCESSO</p> <p>Desenvolvimento de um expediente, incluindo tipos diversos de documentos e que, recebendo informações, pareceres e despachos, tramita ate que se cumpra o ato administrativo que gerou a sua criação. Unidade documental em que se reúne, oficialmente, documentos de natureza diversa no decurso de uma ação administrativa ou judiciária, formando um conjunto materialmente indivisível.</p>	<p>Processo trabalhista</p>

<p align="center">CERTIDÃO</p> <p>Documento emanado de funcionário de fé pública, mediante o qual se transcreve algo já registrado em documento de assentamento elaborado este segundo normas notariais ou jurídico-administrativas. A certidão pode ainda ser retirada de um processo, livro ou documento existente em repartição pública e passada, se não por notário, por funcionário autorizado.</p>	Certidão de quitação
	Certidão de sentença trabalhista
<p align="center">BALANCETE</p> <p>Balancete financeiro parcial de uma entidade ou órgão (em geral mensal)</p>	Balancete da situação financeira
	Balancete de materiais
<p align="center">PLANTA</p> <p>Representação gráfica da projeção horizontal de instalação, de edifício ou de cidade.</p>	Planta de desmanche
	Planta dos limites do terreno
	Planta do escritório
	Planta da mina
	Planta dos terrenos
	Planta de moradias
	Planta de maquinário
	Planta de reserva da mina
	Planta de pesquisas terrenas
	Planta da fazenda
	Planta da fração de terreno
Planta de sondagem	
<p align="center">RELATÓRIO</p> <p>Exposição de ocorrências, fatos, despesas ou de atividades realizadas por autoridade com finalidade de prestar conta de seus atos à autoridade superior.</p>	Relatório dos serviços
	Relatório de exploração
	Relatório das jazidas

Fonte: Ana Célia Rodrigues (2008).

Logicamente, diversas espécies e tipologias documentais foram definidas para o fundo da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo. Para esse trabalho, foram selecionados 14 documentos:

- Ficha de pagamento

- Livro de registro de ponto
- Contrato de arrendamento de terreno
- Recibo de compra de loteamento
- Carta administrativa
- Processo trabalhista
- Certidão de quitação de indenização
- Contrato de venda do carvão
- Livro de registro de movimentação
- Livro de registro de materiais
- Balancete de materiais
- Planta de maquinário
- Planta de desmanche
- Relatório de exploração.

Os documentos trabalhados foram selecionados de forma que esses refletissem as ações e atividades da Companhia, e sua relação com a documentação produzida, juntamente ao estudo de contexto histórico apresentado.

A estruturação deste trabalho somente foi possível por meio do estudo e da pesquisa histórica sobre a trajetória da mineração no Estado, bem como das Companhias que executaram a atividade exploratória do minério durante os séculos XVII e XIX. A partir da reunião das informações adquiridas por meio de publicações, relatos de pessoas da comunidade, bem como do historiador do Museu do Carvão, foi possível definir a melhor metodologia arquivística a ser trabalhada nos documentos, com o objetivo de gerenciar e auxiliar nas demais etapas de arranjo e descrição, concernentes ao tratamento dos arquivos permanentes. Os dados apresentadas nesta monografia, evidencia a importância do trabalho multidisciplinar ao qual o arquivista deve estar preparado para efetuar, pois essas definem o ponto de partida das etapas arquivísticas a serem realizadas, assim como na recuperação e estruturação dos fundos documentais que constituem a acervo da mineração, tornando dessa forma, fundamental o estudo de contexto histórico da atividade mineradora na realização das operações arquivísticas a serem trabalhadas.

5.1.1 Tipo Documental nº1

Figura 1 – Tipo documental nº1: Ficha de pagamento dos vencimentos



Fonte: Acervo pessoal (2014).

Quadro 6 – Ficha de Identificação do Tipo documental: Ficha de pagamento dos vencimentos

Ficha de identificação de Tipo Documental nº1
Fundo da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo
Tipologia documental: Ficha de pagamento dos vencimentos
Assunto: registro de pagamento de operário
Data de criação: 1942
Legislação²⁸:-
Notação de classificação: CX.0030.
Série²⁹: Administração da Companhia
Subsérie³⁰: Departamento Pessoal
Documentos anexos: -
Observações:-

Nota²⁸: o documento não apresenta legislação

Nota²⁹: as subséries, como subdivisão da série, é referente a mesma ação produtora, diferenciando-se apenas quanto à atividade específica desenvolvida por um setor. A denominação da tipologia documental Ficha de pagamento dos vencimentos refere-se ao controle do setor de departamento pessoal da companhia, comprova o pagamento salarial dos operários.

Nota³⁰: o elemento série apresentado na ficha foi utilizado como forma de proposta para elaboração do quadro de arranjo, visto que as séries são conjuntos de documentos agrupados de forma a refletir a mesma função. A tipologia documental folha de pagamento é uma atividade administrativa.

Fonte: elaboração da autora (2014).

5.1.2 Tipo Documental nº2

Figura 2 – Tipo documental nº2: Livro de registro de ponto

LIVRO PONTO
Officina Mecânica

NOMES	EMPREGO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	Total dos dias
550 Antonio G. Draygo																	30
551 Eryau Siqueira																	30
552 Waldemar Teixeira																	29
553 Nicolau Tolentino																	34
554 André Hopwood (Algeria)																	
559 André Silva																	25
565 Zacarias Stracilewsky																	28
566 Olavo Silva																	27
557 Rodolfo Guber																	43
544 Waldemar Teixeira																	28
563 Evaldo Teixeira																	39
570 Ladislav Wajpucha																	29
571 João dos Santos																	

Continua na folha nº 7

Mez de Março de 1932

Jornal diário	Importancia	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	Total dos dias	Jornal diário	Importancia	Observa
																		30			
																		30			
																		29			
																		34			
																		25			
																		28			
																		27			
																		43			
																		28			
																		39			
																		29			

Fonte: Acervo Pessoal (2014).

Quadro 7 – Ficha de identificação do Tipo documental: Livro de registro de ponto

Ficha de identificação de Tipo Documental nº2
Fundo da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo
Tipologia documental: Livro de registro de ponto
Assunto: registro dos horários (turnos) dos operários
Data de criação: 1932
Legislação ³¹ : -
Notação de classificação: CX.0072
Série ³² : Administração da Companhia
Subsérie ³³ : Departamento Pessoal
Documentos anexos: -
Observações: livros

Nota ³¹: o documento na apresentação legislação.

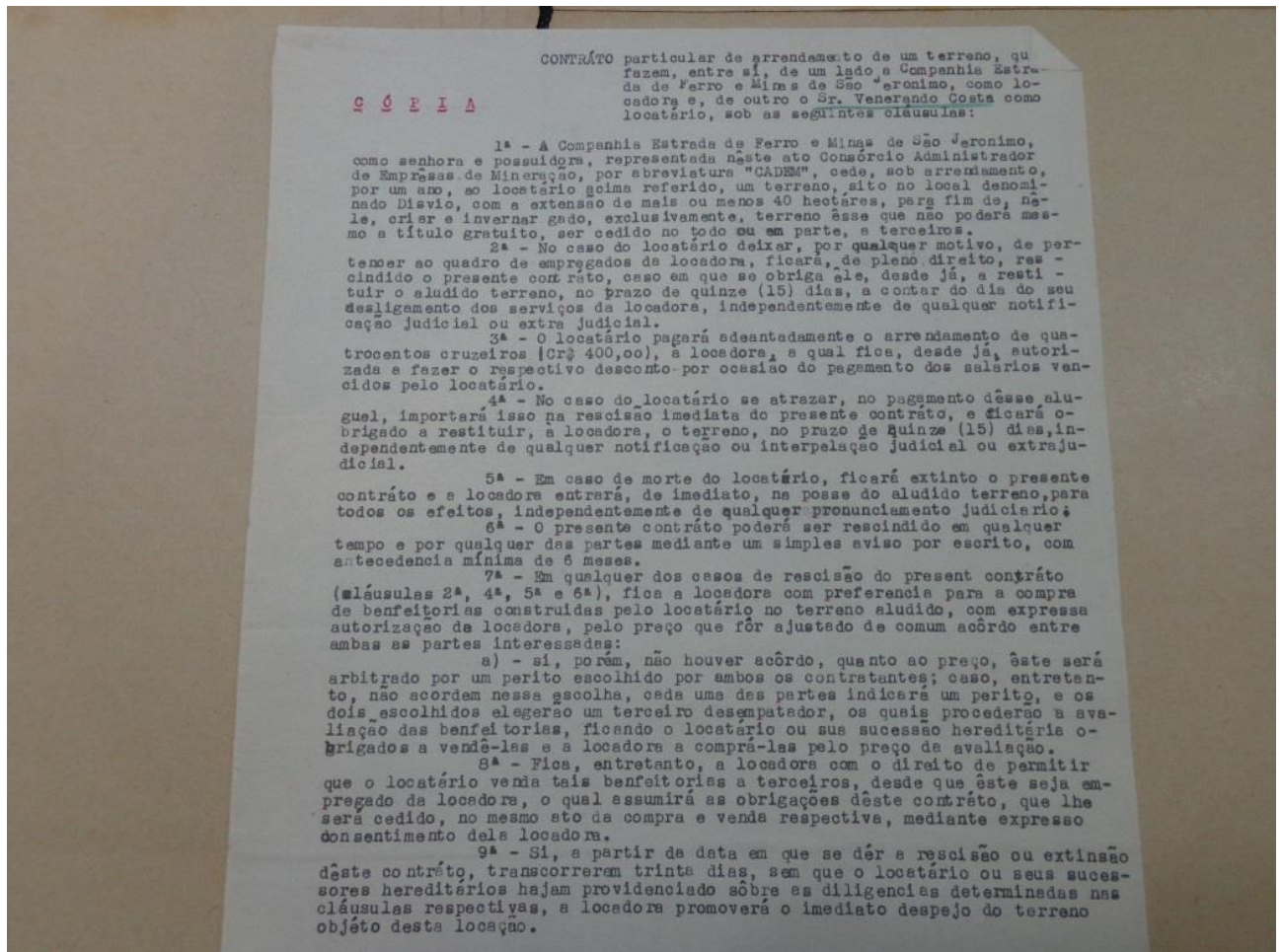
Nota ³²: o elemento série apresentado na ficha foi utilizado como forma de proposta para elaboração do quadro de arranjo, visto que as séries são conjuntos de documentos agrupados de forma a refletir a mesma função. A tipologia documental: livro de registro de ponto é uma atividade administrativa.

Nota ³³: As subséries, como subdivisão da série, é referente a mesma ação produtora, diferenciando-se apenas quanto à atividade específica desenvolvida por um setor. A denominação da tipologia documental: Livro de registro de ponto refere-se ao controle do setor de departamento pessoal da companhia de forma a controlar os horários de trabalho dos operários e a assiduidade.

Fonte: elaboração da autora (2014).

5.1.3 Tipo Documental nº3

Figura 3 – Tipo documental nº3: Contrato de arrendamento de terrenos



Fonte: Acervo pessoal (2014).

Quadro 8 – Ficha de Identificação do Tipo documental: Contrato de arrendamento de terrenos

Ficha de identificação de Tipo Documental nº3
Fundo da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo
Tipologia documental: Contrato de arrendamento de terrenos
Assunto: arrendamento de terreno para fins de utilização por parte da Companhia.
Data de criação: 1945
Legislação: Modifica o art. 23 e seus parágrafos do Decreto-lei nº 1.985, de 29 de Janeiro de 1940 - Código de Minas <u>DECRETO-LEI Nº 9.449, DE 12 DE JULHO DE 1946 (Art. 23.)</u> .Os titulares de decreto de autorização de pesquisa poderão realizar os trabalhos respectivos, e também as obras e serviços auxiliares necessários, em terrenos do domínio público ou particular, abrangidos pelas áreas a pesquisar, desde que paguem aos respectivos proprietários ou possuidores uma renda pela ocupação dos terrenos e uma indenização pelos danos e prejuízos que possam ser causados pelos trabalhos de pesquisa.
Notação de classificação: CX.0030
Série ³⁴ : Administração da companhia
Subsérie ³⁵ : Registro dos Bens Materiais e Imóveis
Observação:-

Nota³⁴: o elemento série apresentado na ficha foi utilizado como forma de proposta para elaboração do quadro de arranjo, visto que as séries são conjuntos de documentos agrupados de forma a refletir a mesma função. A tipologia documental: contrato de arrendamento de terrenos é uma atividade controlada pela administração da companhia.

Nota³⁵: As subséries, como subdivisão da série, é referente a mesma ação produtora, diferenciando-se apenas quanto à atividade específica desenvolvida por um setor. A denominação da tipologia documental: contrato de arrendamento de terrenos refere-se ao controle dos bens materiais e imóveis de forma a controlar e comprovar os bens pertencentes à companhia.

Fonte: elaboração da autora (2014).

5.1.4 Tipo Documental nº4

Figura 4 – Tipo documental nº4: Recibo de Compra de loteamento

38

N.º 6

LOTEAMENTO CRUZ DE MALTA

CHARQUEADAS — São Jerônimo

de Uelso Junho 61 = Débito Cr\$	128.500,00
S/pagamento Cr\$	2.500,00
Saldo a pagar Cr\$	126.000,00

Reci do Sr. Genaldo Gonçalves dos Santos

Carat. em cont. de Promessa de Compra e Venda N.º _____

Charqueadas, Santos

SELADO Cr\$

Lote N.º 12

Quadra: _____

pp Romão Danubio

Fonte: Acervo pessoal (2014).

Quadro 9 – Ficha de Identificação do Tipo documental: Recibo de compra e venda de loteamento

Ficha de identificação de Tipo Documental nº4
Fundo da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo
Tipologia documental: Recibo de compra de loteamento
Assunto: quitação de loteamos adquiridos pela Companhia.
Data-limite: 1961
Legislação: Modifica o art. 23 e seus parágrafos do Decreto-lei nº 1.985, de 29 de Janeiro de 1940 - Código de Minas <u>DECRETO-LEI Nº 9.449, DE 12 DE JULHO DE 1946</u> (Art. 23.) .Os titulares de decreto de autorização de pesquisa poderão realizar os trabalhos respectivos, e também as obras e serviços auxiliares necessários, em terrenos do domínio público ou particular, abrangidos pelas áreas a pesquisar, desde que paguem aos respectivos proprietários ou possuidores uma renda pela ocupação dos terrenos e uma indenização pelos danos e prejuízos que possam ser causados pelos trabalhos de pesquisa.
Notação de classificação: CX.0112
Série ³⁶ : Administração Da Companhia
Subsérie ³⁷ : Registro dos Bens Materiais e Imóveis
Documentos anexos: -
Observações: -

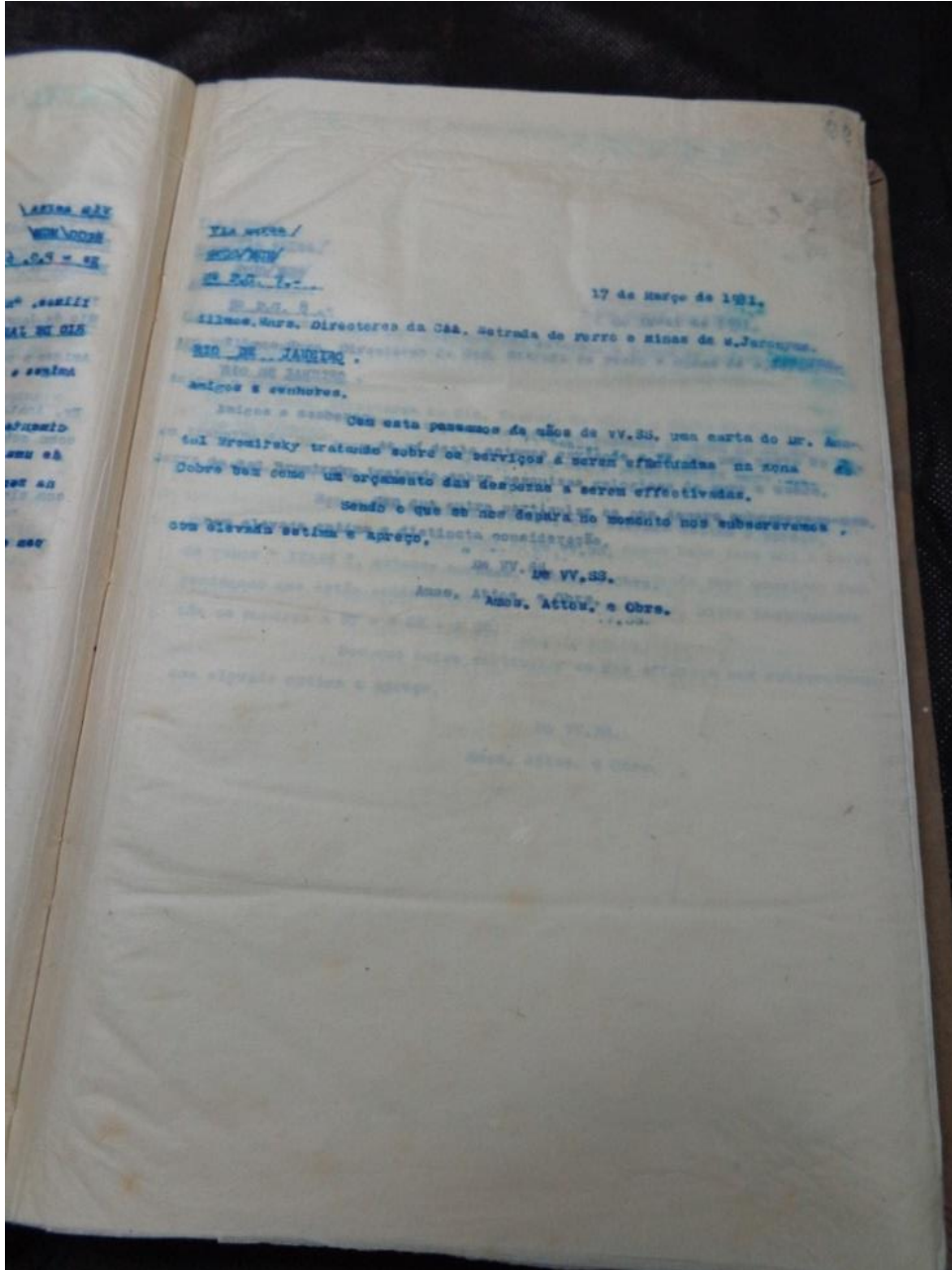
Nota³⁶: o elemento série apresentado na ficha foi utilizado como forma de proposta para elaboração do quadro de arranjo, visto que as séries são conjuntos de documentos agrupados de forma a refletir a mesma função. A tipologia documental: recibo de compra e venda de loteamentos é uma atividade controlada pela administração da companhia.

Nota³⁷: as subséries, como subdivisão da série, é referente a mesma ação produtora, diferenciando-se apenas quanto à atividade específica desenvolvida por um setor. A denominação da tipologia documental: contrato de arrendamento de terrenos refere-se ao controle dos bens materiais e imóveis de forma a comprovar o pagamento realizado pelos terrenos adquiridos possuindo a mesma função do contrato de arrendamento.

Fonte: elaboração da autora (2014).

5.1.5 Tipo Documental nº5

Figura 5 – Tipo documental nº5: Carta administrativa expedida



Fonte: Acervo pessoal (2014).

Quadro 10 – Ficha de Identificação do Tipo documental:Carta recebida e expedida

Ficha de identificação de Tipo Documental nº5
Fundo da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo
Tipologia documental: Carta administrativa expedida
Assunto: troca de informações internas entre dirigentes das Companhias.
Data-limite: 1920
Legislação³⁸: -
Notação de classificação: CX.0021, 0034, 0050, 0095.
Série³⁹: Administração da Companhia
Subsérie:-
Documentos anexos: -
Observações: documentação encontrada em pastas ou livros copiadores em sua maioria.

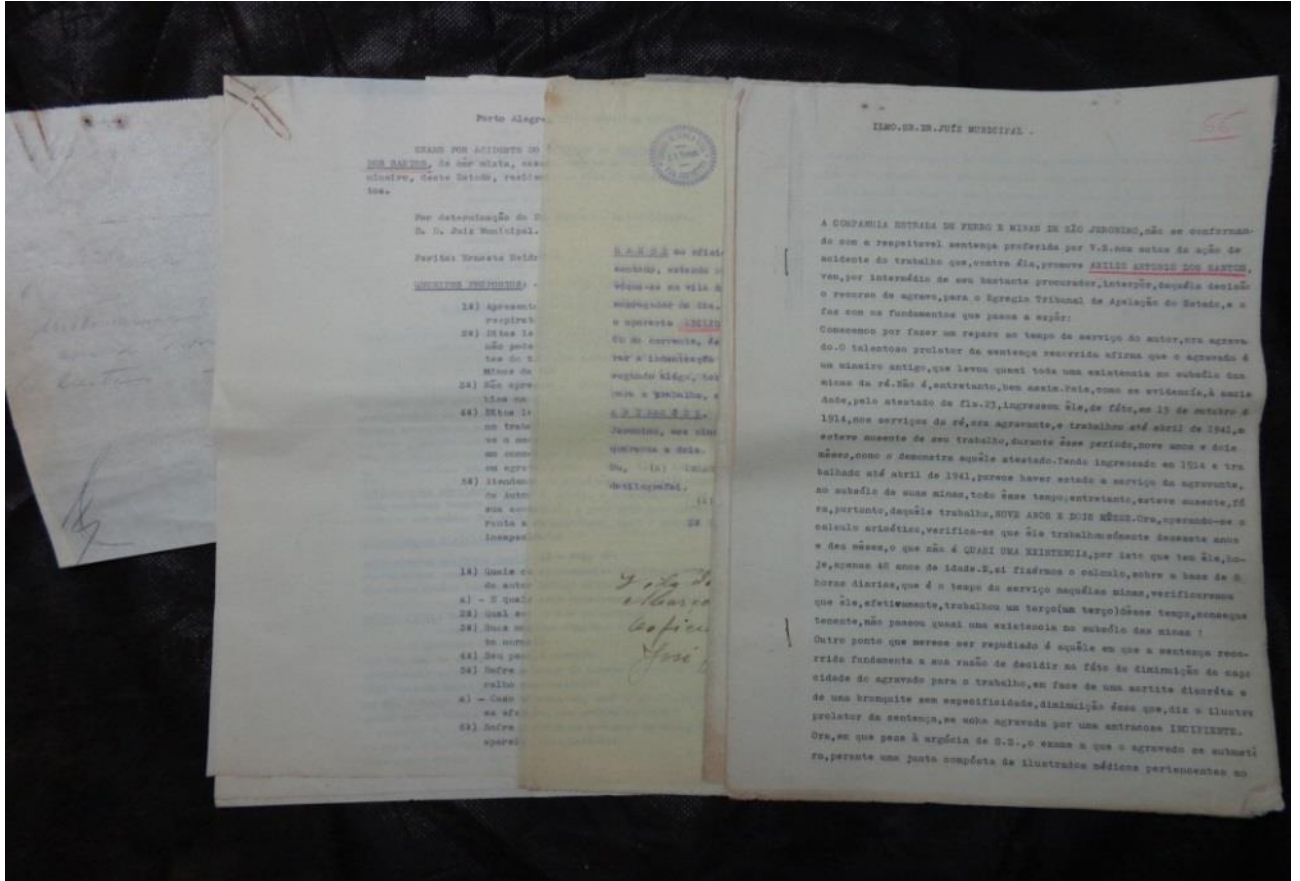
Nota³⁸: o documento não apresenta legislação.

Nota³⁹: o elemento série apresentado na ficha foi utilizado como forma de proposta para elaboração do quadro de arranjo, visto que as séries são conjuntos de documentos agrupados de forma a refletir a mesma função. A tipologia documental: carta recebida e expedida refere-se á troca de informações oficiais diversas entre as minas e o CADEM, referindo-se a uma atividade administrativa.

Fonte: elaboração da autora (2014).

5.1.6 Tipo Documental nº6

Figura 6 – Tipo documental nº6: Processo Trabalhista



Fonte: Acervo pessoal (2014).

Quadro 11 – Ficha de Identificação do Tipo documental: Processo Trabalhista

Ficha de identificação de Tipo Documental nº6
Fundo da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo
Tipologia documental: Processo trabalhista
Assunto: ação indenizatória referente a carga horária de trabalho.
Data de criação: 1938
Legislação: DECRETO 21.364 DE 04 DE MAIO DE 1932, regula os horários para o trabalho industrial. Art. 1º A duração normal de trabalho diurno do empregado em estabelecimentos industriais de qualquer natureza será de oito horas diárias, ou quarenta e oito horas semanais, de maneira que a cada período de seis dias de ocupação corresponda um dia de descanso obrigatório.
Notação de classificação: CX.0002,0281.
Série⁴⁰: Administração da Companhia
Subsérie⁴¹: Ações Indenizatórias e Documentos Judiciais
Documentos anexos: -
Observações: <i>dossiê.</i>

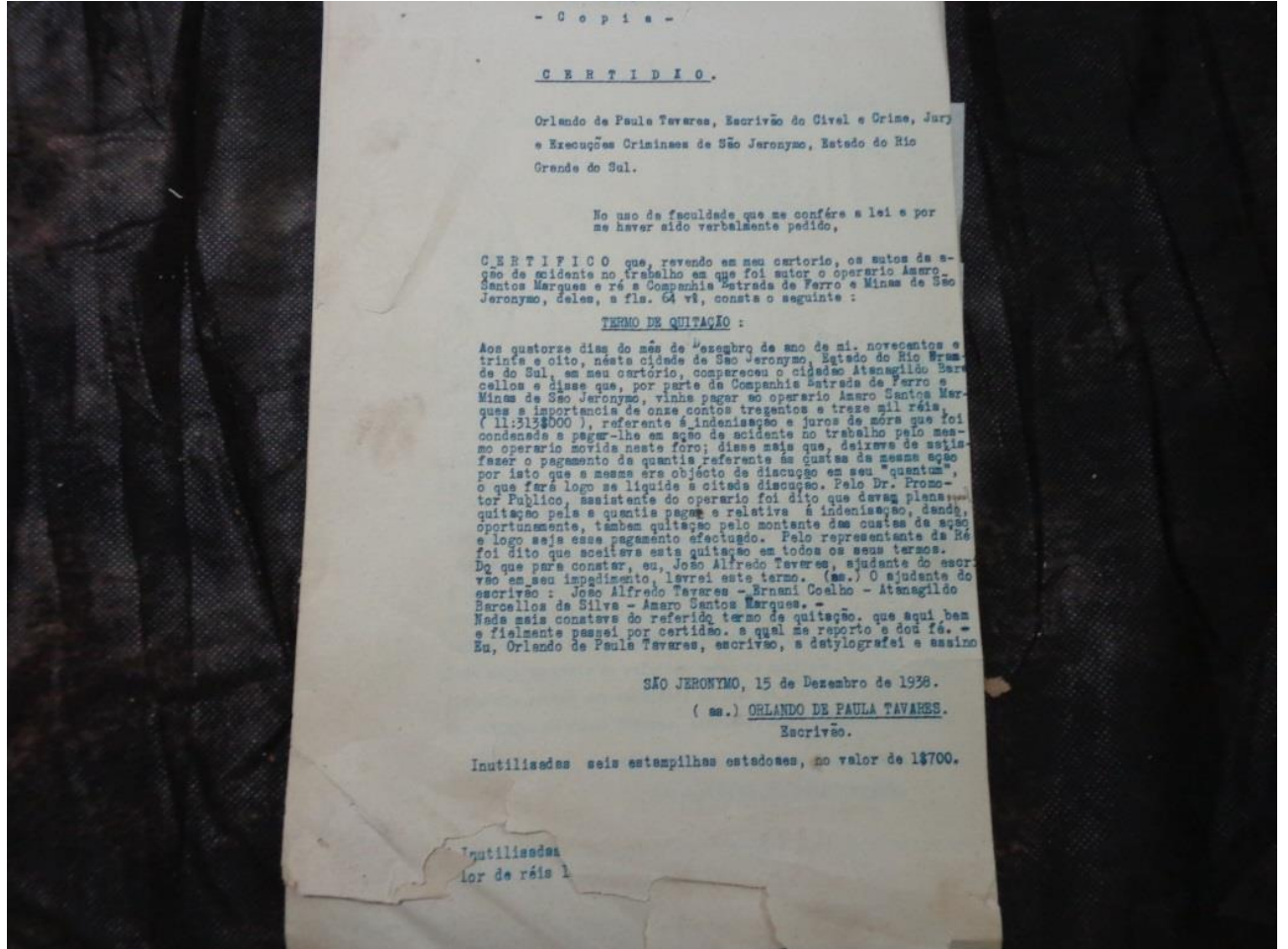
Nota⁴⁰: o elemento série apresentado na ficha foi utilizado como forma de proposta para elaboração do quadro de arranjo, visto que as séries são conjuntos de documentos agrupados de forma a refletir a mesma função. A tipologia documental: processo trabalhista é uma atividade controlada pela administração da companhia.

Nota⁴¹: As subséries, como subdivisão da série, é referente à mesma ação produtora, diferenciando-se apenas quanto à atividade específica desenvolvida por um setor. A denominação da tipologia documental: processo trabalhista refere-se a as ações indenizatórias trabalhistas movidas pelos funcionários para o recebimento legal de benefícios.

Fonte: elaboração da autora (2014).

5.1.7 Tipo Documental nº7

Figura 7 – Tipo documental nº7: Certidão de quitação de Indenização



Fonte: Acervo pessoal (2014).

Quadro 12 – Ficha de Identificação do Tipo documental: Certidão de quitação de indenização

Ficha de identificação de Tipo Documental nº7
Fundo da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo
Tipologia documental: Certidão de quitação de indenização
Assunto: quitação por parte da companhia de sentença trabalhista
Data de criação: 1938
Legislação: <u>DECRETO-LEI 6.905 DE 26 DE SETEMBRO DE 1944</u> , Dispõe sobre a concessão de auxílio pecuniário por motivo de enfermidade do empregado revogada pela <u>LEI Nº 4.355, DE 14 DE JULHO DE 1964</u> . (Art. 25), durante os primeiros 15 (quinze) dias de afastamento do trabalho, por motivo de doença, incumbe à empresa pagar ao segurado o respectivo salário, no seu valor integral.
Notação de classificação: CX.0112
Série ⁴² : Administração da Companhia
Subsérie ⁴³ : Ações Indenizatórias e Documentos Judiciais.
Documentos anexos: -
Observações: anexos correspondência e recibo.

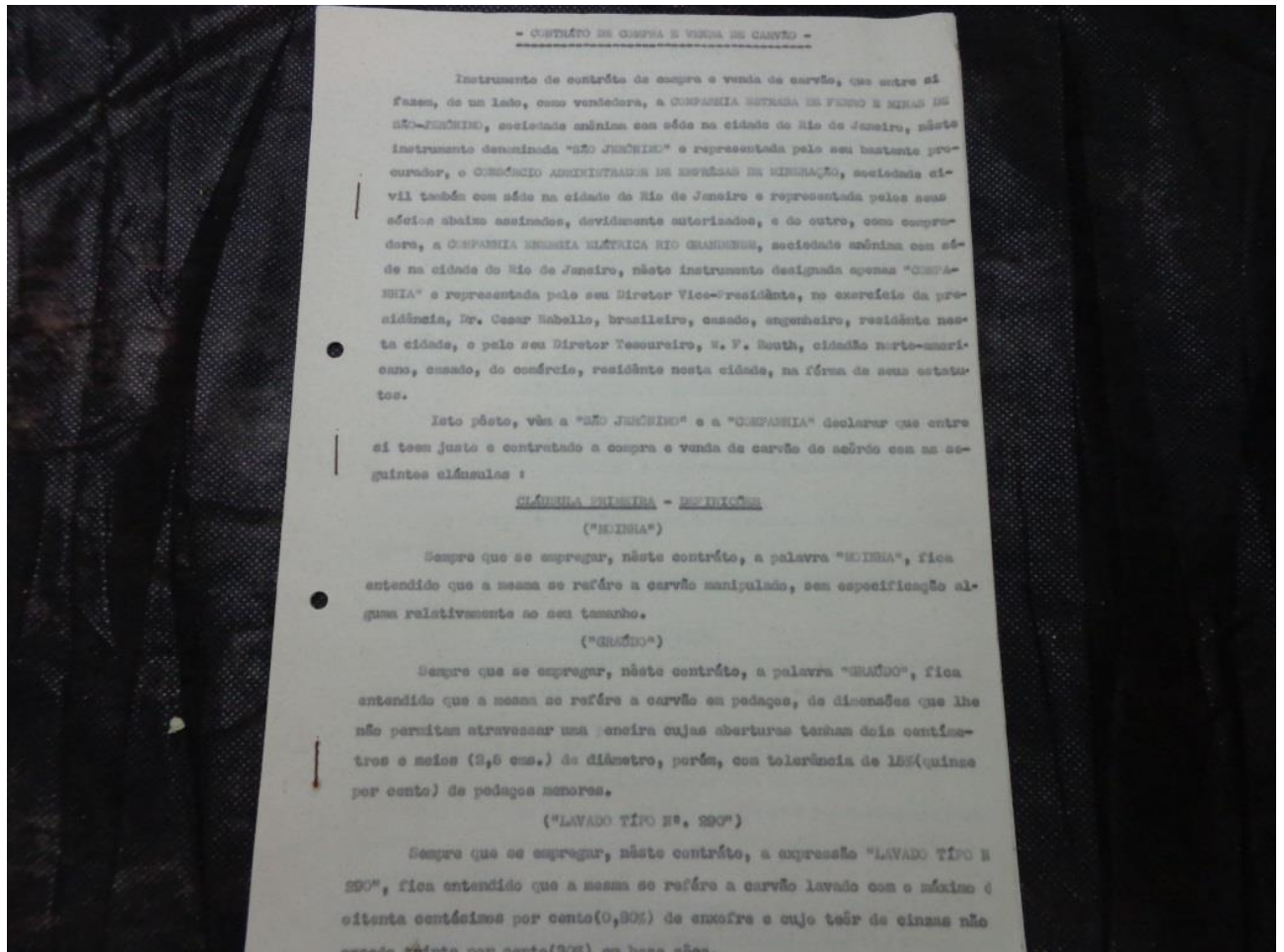
Nota⁴²: o elemento série apresentado na ficha foi utilizado como forma de proposta para elaboração do quadro de arranjo, visto que as séries são conjuntos de documentos agrupados de forma a refletir a mesma função. A tipologia documental: certidão de quitação de indenização é uma atividade controlada pela administração da companhia.

Nota⁴³: As subséries, como subdivisão da série, é referente à mesma ação produtora, diferenciando-se apenas quanto à atividade específica desenvolvida por um setor. A denominação da tipologia documental: certidão de quitação indenização refere-se ao pagamento das ações trabalhistas movidas contra a companhia por parte dos operários, referindo-se a mesma função dos processos trabalhistas.

Fonte: elaboração da autora (2014).

5.1.8 Tipo Documental nº8

Figura 8 – Tipo documental nº8: Contrato de venda



Fonte: Acervo pessoal (2014).

Quadro 13 – Ficha de Identificação do Tipo documental: Contrato de Venda

Ficha de identificação de Tipo Documental nº8
Fundo da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo
Tipologia documental: Contrato de venda
Assunto: venda de carvão
Data de criação: 1942
Legislação: : <u>DECRETO-LEI Nº 9.826, DE 10 DE SETEMBRO DE 1946</u> ,dispõem sobre as características, preços e distribuição do carvão mineral produzido no país e dá outras providências.
Notação de classificação: CX.0030
Série ⁴⁴ : Administração das Minas
Subsérie ⁴⁵ : Comercialização do Carvão.
Documentos anexos: -
Observações: -

Nota⁴⁴: o elemento série apresentado na ficha foi utilizado como forma de proposta para elaboração do quadro de arranjo, visto que as séries são conjuntos de documentos agrupados de forma a refletir a mesma função. A tipologia documental: contrato de compra e venda de carvão é uma atividade controlada pela administração da companhia

Nota⁴⁵: As subséries, como subdivisão da série, é referente à mesma ação produtora, diferenciando-se apenas quanto à atividade específica desenvolvida por um setor. A denominação da tipologia documental: contrato de compra e venda de carvão refere-se à comercialização do carvão.

Fonte: elaboração da autora (2014).

5.1.9 Tipo Documental nº9

Figura 9 – Tipo documental nº9: Livro de registro de movimentação

Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jeronymo

Movimento diario de carvão na Mina Mez de *Mez* de 1939

Stock anterior	Extrahido				SOMMA	Consumido						Exportado			Stock	Observações		
	Paga 1	Paga 2	Paga 3	TOTAL		Extracção			Officinas	Locomo- tivas	Fabrica de pedras	Sonda- do 2º BARRA	Abast. BARRA	TOTAL			Trans	Wagon
	do Paga 1	do Paga 2	do Paga 3			do Paga 1	do Paga 2	do Paga 3										
12.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.000
12.000	886,000	-	-	886,000	3.000	18.000	-	-	2.000	20.000	1	10	17.000	16.000	16.000	16.000	16.000	
128.000	819,700	-	-	819,700	10.000	10.000	-	-	2.000	12.000	✓	✓	20.000	17.000	17.000	17.000	17.000	
97.000	919,200	-	-	919,200	4.000	18.000	-	-	2.000	20.000	✓	✓	20.000	17.000	17.000	17.000	17.000	
114.000	876,900	-	-	876,900	-	2.000	-	-	2.000	4.000	✓	✓	12.000	18.000	18.000	18.000	18.000	
123.000	805,200	-	-	805,200	-	10.000	-	-	12.000	22.000	✓	✓	17.000	17.000	17.000	17.000	17.000	
145.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	4.000	11.000	11.000	
111.000	928,200	-	-	928,200	6.000	2.000	-	-	2.000	10.000	✓	✓	10.000	17	17	10.000	10.000	
129.000	906,700	-	-	906,700	-	10.000	-	-	2.000	12.000	✓	✓	12.000	17.000	17.000	17.000	17.000	
170.000	9020,200	-	-	9020,200	-	10.000	-	-	2.000	12.000	✓	✓	12.000	17.000	17.000	17.000	17.000	
165.000	9070,000	-	-	9070,000	6.000	16.000	-	-	2.000	18.000	✓	✓	18.000	17.000	17.000	17.000	17.000	
70.000	9045,200	-	-	9045,200	-	2.000	-	-	2.000	4.000	✓	✓	12.000	17.000	17.000	17.000	17.000	
108.000	916,700	-	-	916,700	-	10.000	-	-	2.000	12.000	✓	✓	12.000	17.000	17.000	17.000	17.000	
71.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	71.000	
14.000	9007,000	-	-	9007,000	6.000	18.000	-	-	12.000	30.000	✓	✓	18.000	17.000	17.000	17.000	17.000	
76.000	9003,700	-	-	9003,700	-	10.000	-	-	12.000	22.000	✓	✓	20.000	17.000	17.000	17.000	17.000	
135.000	9020,000	-	-	9020,000	-	2.000	-	-	2.000	4.000	✓	✓	12.000	17.000	17.000	17.000	17.000	
122.000	9046,700	-	-	9046,700	6.000	20.000	-	-	10.000	30.000	✓	✓	20.000	17.000	17.000	17.000	17.000	
127.000	9112,700	-	-	9112,700	-	10.000	-	-	2.000	12.000	✓	✓	12.000	17.000	17.000	17.000	17.000	
113.000	9027,900	-	-	9027,900	6.000	16.000	-	-	2.000	18.000	✓	✓	18.000	17.000	17.000	17.000	17.000	
78.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	78.000	
71.000	9178,400	-	-	9178,400	-	10.000	-	-	2.000	12.000	✓	✓	12.000	17.000	17.000	17.000	17.000	
130.000	9118,000	-	-	9118,000	6.000	18.000	-	-	12.000	30.000	✓	✓	20.000	17.000	17.000	17.000	17.000	
102.000	9110,100	-	-	9110,100	-	2.000	-	-	2.000	4.000	✓	✓	12.000	17.000	17.000	17.000	17.000	
141.000	1.162,000	-	-	1.162,000	6.000	18.000	-	-	12.000	30.000	✓	✓	20.000	17.000	17.000	17.000	17.000	
114.000	9170,000	-	-	9170,000	6.000	18.000	-	-	10.000	28.000	✓	✓	18.000	17.000	17.000	17.000	17.000	
174.000	9017,000	-	-	9017,000	-	10.000	-	-	-	10.000	✓	✓	10.000	17.000	17.000	17.000	17.000	
70.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	70.000	
78.000	9124,400	-	-	9124,400	6.000	18.000	-	-	-	18.000	✓	✓	18.000	17.000	17.000	17.000	17.000	
140.000	9013,200	-	-	9013,200	-	10.000	-	-	-	10.000	✓	✓	10.000	17.000	17.000	17.000	17.000	
146.000	9100,200	-	-	9100,200	-	10.000	-	-	-	10.000	✓	✓	10.000	17.000	17.000	17.000	17.000	
TOTAL	26.926,200	-	-	26.926,200	64.000	371.000	-	-	120.000	491.000	193	1438	3.284.120	-	-	-	-	

Fonte: Acervo pessoal (2014).

Quadro 14 – Ficha de Identificação do tipo documental: Livro de registro de movimentação

Ficha de identificação de Tipo Documental nº9
Fundo da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo
Tipologia documental: Livro de registro de movimentação
Assunto: Registro do carvão extraído, exportado, consumido, transporte e quantidades.
Data de criação: 1933
Legislação: <u>DECRETO-LEI Nº 9.826, DE 10 DE SETEMBRO DE 1946</u> ,dispõe sobre as características, preços e distribuição do carvão mineral produzido no país e dá outras providências
Notação de classificação: CLASS.0689,0786,0813
Série ⁴⁶ : Administração da Companhia
Subsérie ⁴⁷ : Comercialização do Carvão
Documentos anexos: -
Observações: livros.

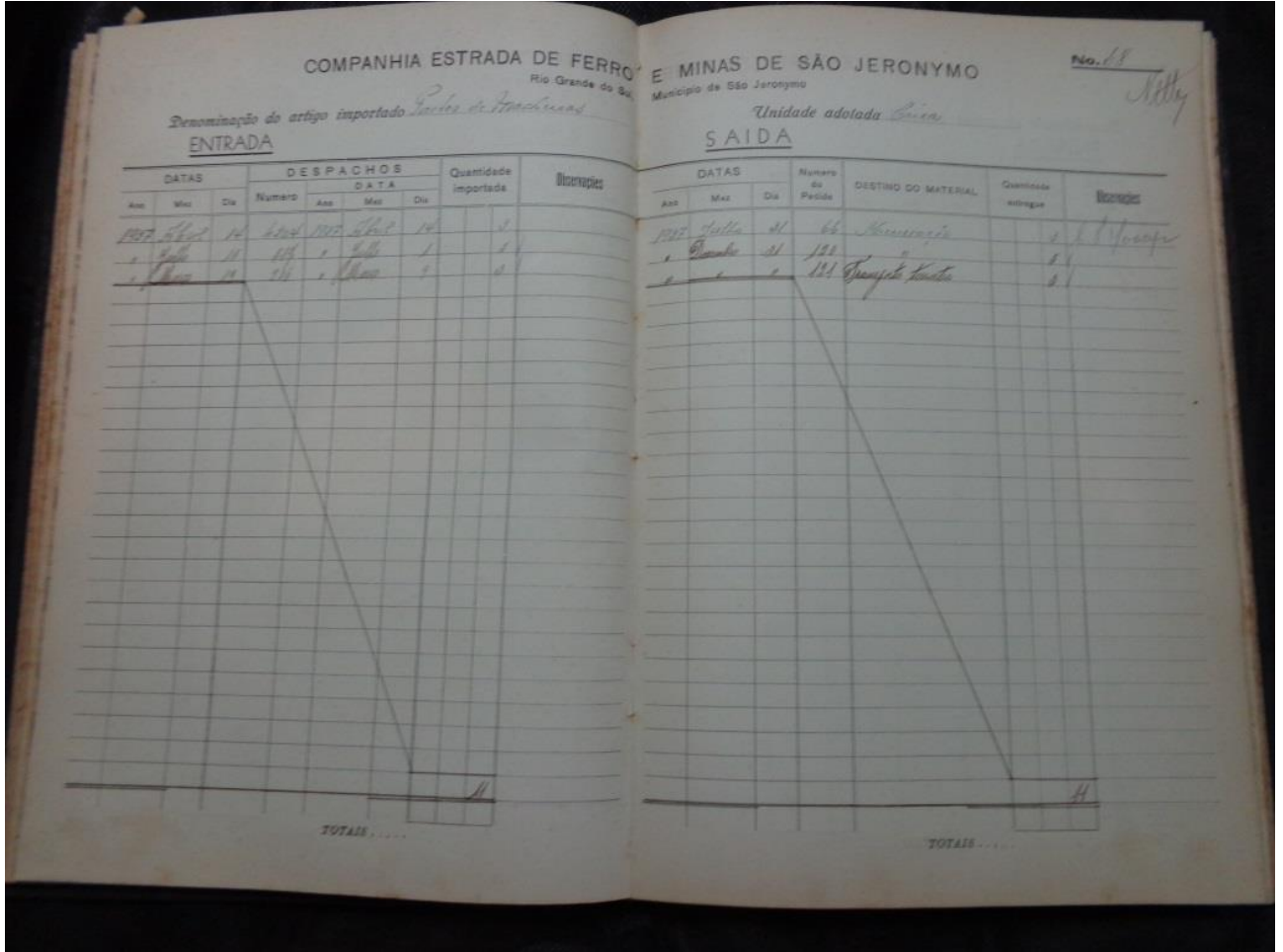
Nota⁴⁶: o elemento série apresentado na ficha foi utilizado como forma de proposta para elaboração do quadro de arranjo, visto que as séries são conjuntos de documentos agrupados de forma a refletir a mesma função. A tipologia documental: livro de registro de movimento do carvão é uma atividade controlada pela administração da companhia.

Nota⁴⁷: As subséries, como subdivisão da série, é referente à mesma ação produtora, diferenciando-se apenas quanto à atividade específica desenvolvida por um setor. A denominação da tipologia documental: livro de movimento do carvão refere-se ao consumo e quantidades fornecidas do mineral.

Fonte: elaboração da autora (2014).

5.1.10 Tipo Documental nº10

Figura 10 – Tipo documental nº10: Livro de registro de materiais



Fonte: Acervo pessoal (2014).

Quadro 15 – Ficha de Identificação do tipo documental: Livro de registro de materiais

Ficha de identificação de Tipo Documental nº10
Fundo da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo
Tipologia documental: Livro de registro de materiais
Assunto: aquisição de materiais para trabalhos nas minas, registro de entrada e saída e quantidades.
Data de criação: 1953
Legislação ⁴⁸ : -
Notação de classificação: CX.0030
Série ⁴⁹ : Materiais, equipamentos e maquinário
Subsérie: -
Documentos anexos: -
Observações: -

Nota⁴⁸: documento não apresenta legislação.

Nota⁴⁹ o elemento série apresentado na ficha foi utilizado como forma de proposta para elaboração do quadro de arranjo, visto que as séries são conjuntos de documentos agrupados de forma a refletir a mesma função. A tipologia documental: livro de registro de materiais é uma atividade controlada pelo almoxarifado ou estoque da companhia

Nota : documento não apresenta legislação.

Fonte: elaboração da autora (2014).

5.1.11 Tipo Documental nº11

Figura 11 – Tipo documental nº 11: Balancete de materiais da mina

Consortio Administrador das Empresas de Mineração
Relação das compras efetuadas em Porto Alegre
J. A. R. L. R. O. de 1944

NOMES	Faturas	N. D.	VALOR	TOTAL	DEBITO		TOTAIS	OBSERVAÇÕES
					ALMOXARIFADO	ATIVO EM GERAL		
Transporte:.....				113,157,00			113,157,00	
GRUPO DE ADIUNTORES LTDA.	43,707	1429		196,00			196,00	
GRUPO ELÉTRICO S/A	43,833	05		439,30*			439,30*	
	13,482	10		2,852,10*			2,852,10*	
	13,483	10		334,50*			334,50*	
STEVENS	4,375	24	425,00				425,00	
	"	81	1,030,00				1,030,00	
	"	106	344,00				344,00	
H. PÉREZ MOLIER & CIA LTDA.	23,300	1	322,00	1,699,00			1,699,00	
	"	117	45,00	322,00			322,00	
INDUSTRIAS DE MACHINAS FRATELLO LTDA.	3,646	90	4,608,00				4,608,00	
INDUSTRIAS FERRERES S/A		45	337,00				337,00	
INDUS S/A	8,890	64	17,632,00				17,632,00	
	"	104	322,00	17,634,00			17,634,00	
INDUSTRIAS CLIVERTON S/A		44	206,00				206,00	
J. B. TOMASE	24,154	109	7,537,00				7,537,00	
	24,158	D.G.	45,00				45,00	
TRACON LOPES CIA	1,391	21	180,00				180,00	
	"	31	222,00				222,00	
	"	54	222,00				222,00	
F. H. SANTOS & CIA LTDA.	31,197	84	374,00				374,00	
	"	89	10,358,30	10,732,30			10,732,30	
PAESE ROYAL	5,710	D.G.						
	"	38	900,00				900,00	
FRANCO BRILHANT & CIA	36,110	28	1,122,40				1,122,40	
LOTRIVAL KUNSKA & CIA	453	26	21,330,00			20,00	21,350,00	
	463	E.F.A.	1,450,00				1,450,00	
LABORATORIO OSTER LTDA.	294	99	113,60				113,60	
SEAT & CIA		95	600,00				600,00	
LOTRIVAL & CIA LTDA.	4,141	22	1,832,00				1,832,00	
	"	21	2,037,00	3,869,00			3,869,00	
MUNIRA & CIA		D.G.						
OTY L. SLY	5,062	25	15,940,00				15,940,00	
OTY L. SLY	3,071	42	15,510,00				15,510,00	
OTY KUNSKA & CIA		59	34,00				34,00	
FERRIS F. LIGHT & CIA	8,732	5	1,248,00				1,248,00	
	"	52	184,80	1,432,80			1,432,80	
FRANCISCO QUINONES CIA S/A	3,779	1589	126,40				126,40	
FRANCO TOSKI & FILIOS		15	460,00				460,00	
FRANCO & SIA	26,830	171	156,00				156,00	
FRANCO & SIA	5,793	49	728,70				728,70	
FRANCO & SIA		40	500,00				500,00	
FRANCO & SIA		11	840,00				840,00	
FRANCO & SIA		11	1,000,00				1,000,00	
S/A DEUTS CHEMIE	17,218	16	336,00				336,00	
	"	36	315,90				315,90	
	"	37	870,00				870,00	
	"	30	607,00				607,00	
	"	50	722,90				722,90	
	"	82	368,40	3,268,50			3,268,50	

Fonte: Acervo pessoal (2014).

Quadro 16 – Ficha de Identificação do tipo documental: Balancete de materiais da mina

Ficha de identificação de Tipo Documental nº11
Fundo da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo
Tipologia documental: Balancete de materiais da mina
Assunto: materiais para utilização nas minas.
Data de criação: 1949
Legislação ⁴⁹ : -
Notação de classificação: CX.0112
Série ⁵⁰ : Materiais, equipamentos e maquinário
Subsérie: -
Documentos anexos: -
Observações: D.I

Nota ⁴⁹: documento não apresenta legislação.

Nota ⁵⁰: o elemento série apresentado na ficha foi utilizado como forma de proposta para elaboração do quadro de arranjo, visto que as séries são conjuntos de documentos agrupados de forma a refletir a mesma função. A tipologia documental: balancete de materiais da mina é controlado pelo almoxarifado ou estoque da companhia.

Fonte: elaboração da autora (2014).

5.1.12 Tipo Documental nº12

Figura 12 – Tipo documental nº12: Planta de maquinário



Fonte: Acervo pessoal (2014).

Quadro 17 – Ficha de Identificação do tipo documental: Planta de maquinário da mina

Ficha de identificação de Tipo Documental nº12
Fundo da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo
Tipologia documental: Planta de maquinário da mina
Assunto: maquinário utilizado na exploração de carvão
Data de criação: S.D
Legislação ⁵¹ : -
Notação de classificação: CX.0030
Série ⁵² : Materiais, equipamentos e maquinário
Subsérie:
Documentos anexos: -
Observações: pasta, documento cartográfico

Nota ⁵¹: documento não apresenta legislação

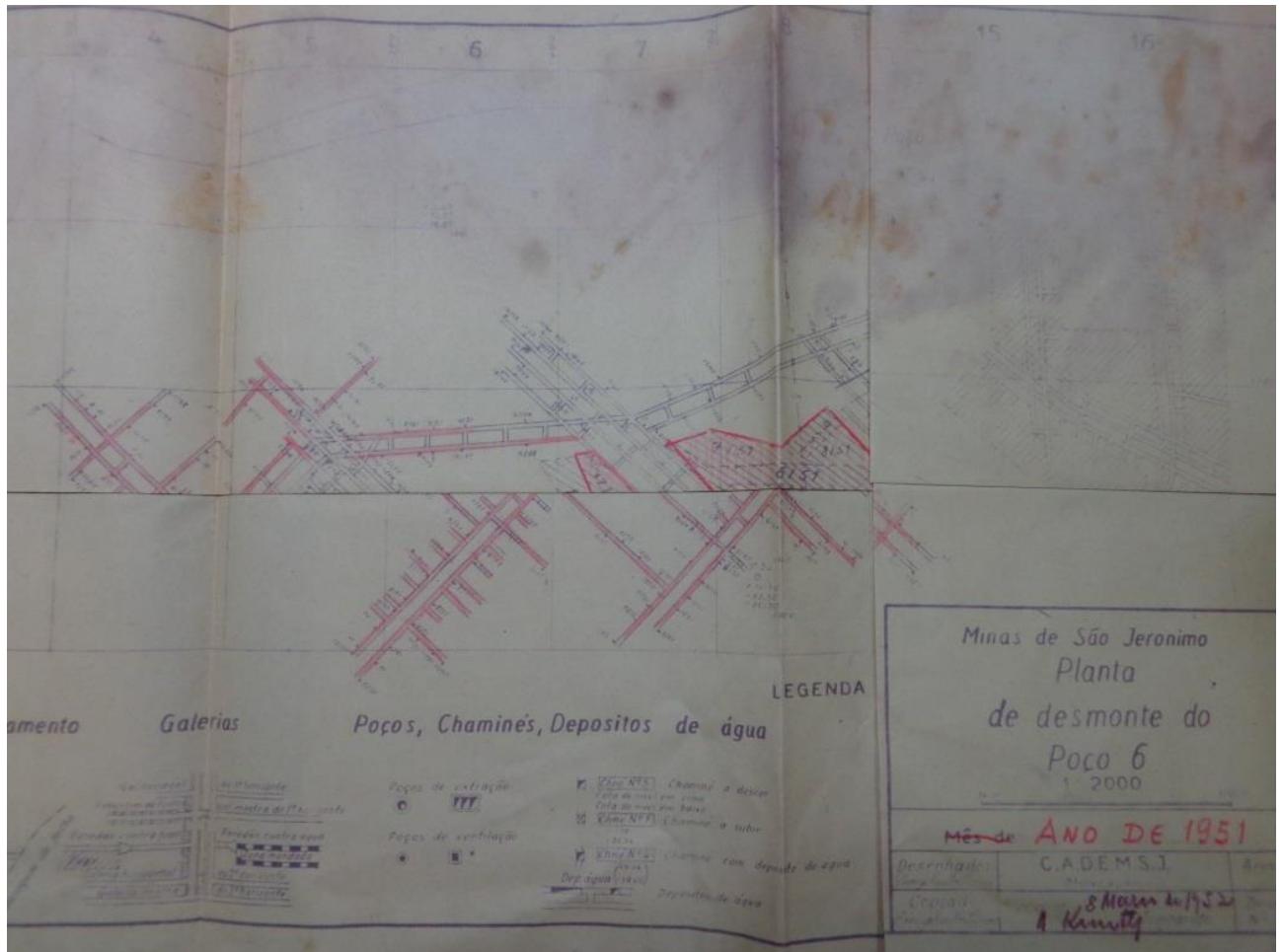
Nota ⁵²: o elemento série apresentado na ficha foi utilizado como forma de proposta para elaboração do quadro de arranjo, visto que as séries são conjuntos de documentos agrupados de forma a refletir a mesma função. A tipologia documental: planta de maquinário da mina geralmente encontra-se associada aos materiais e equipamentos utilizados.

Nota : documento sem legislação.

Fonte: elaboração da autora (2014).

5.1.13 Tipo Documental nº13

Figura 13 – Tipo documental nº13: Planta de desmanche de poço



Fonte: Acervo pessoal (2014).

Quadro 18 – Ficha de Identificação do tipo documental: Planta de desmanche de poço

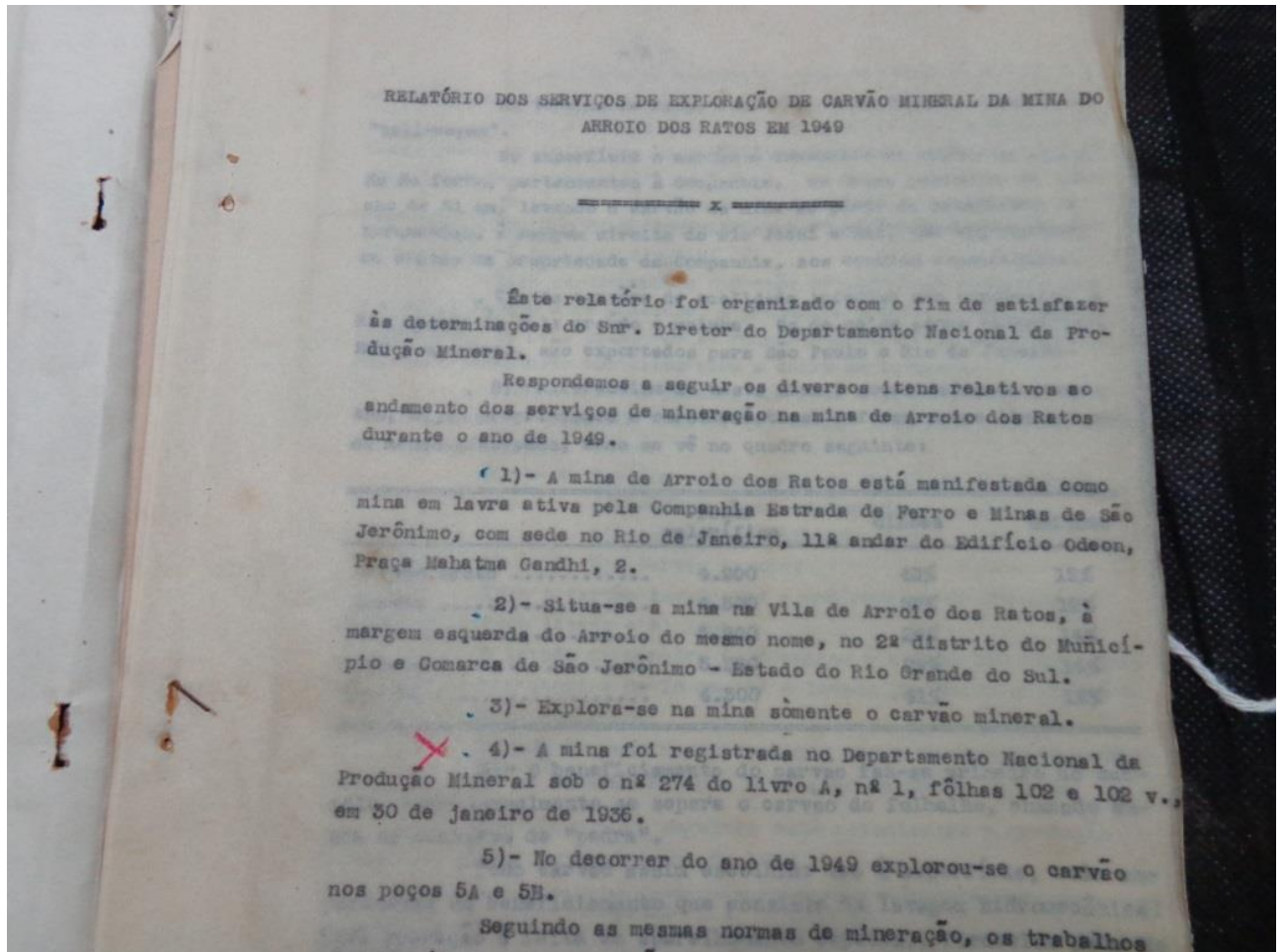
Ficha de identificação de Tipo Documental nº13
Fundo da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo
Tipologia documental: Planta de desmanche de poço
Assunto: desmanche do poço da Companhia.
Data-limite: 1951
Legislação: <u>DECRETO-LEI Nº 1.985, DE 29 DE MARÇO DE 1940</u> . Art.14 disposições sobre desenhos cartográficos com o objetivo de fornecer informações ao Departamento Nacional de Produção Mineral, órgão fiscalizador das atividades.
Notação de classificação: CX.0281
Série ⁵³ : Pesquisas e Sondagens de carvão e subprodutos
Subsérie: -
Documentos anexos: -
Observações: documento cartográfico.

Nota⁵³: o elemento série apresentado na ficha foi utilizado como forma de proposta para elaboração do quadro de arranjo, visto que as séries são conjuntos de documentos agrupados de forma a refletir a mesma função. A tipologia documental: planta de desmonte de poço refere-se às atividades de exploração de jazidas e demais atividades ligadas à produção de carvão.

Fonte: elaboração da autora (2014).

5.1.14 Tipo Documental nº14

Figura 14 – Tipo documental nº14: Relatório de exploração



Fonte: Acervo pessoal (2014).

Quadro 19 – Ficha de Identificação do tipo documental: Relatório de Exploração de Carvão Mineral

Ficha de identificação de Tipo Documental nº14
Fundo da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo
Tipologia documental: Relatório de exploração de subprodutos do carvão
Assunto: exploração de areia “quartzosa” terrenos da Marinha, denominados Ilha da Paciência, e Municípios de Triunfo e Charqueadas
Data de criação: 1959
Legislação: <u>DECRETO 32.095 DE 14 DE JANEIRO DE 1953</u> ⁵³ Autorização de lavra <u>DECRETO 33.497 DE 05 DE AGOSTO DE 1953</u> , Outorgar à SOCIEDADE MINERADORA ARROIO DOS RATOS LTDA concessão para lavrar AREIA QUARTZOSA, em terrenos de propriedade do Ministério da Marinha, no lugar denominado Ilha da Paciência, e Municípios de Triunfo e Charqueadas, no Estado do Rio Grande do Sul, numa área de 160ha, delimitada por um polígono
Notação de classificação: CX.0112
Série ⁵⁴ : Pesquisas e Sondagens de carvão e subprodutos
Subsérie:-
Documentos anexos: -
Observações: documento cartográfico.

Nota⁵³: os serviços de exploração de jazidas era realizado pela Companhia de Lavras e Pesquisas Minerais, surgida em 1948. A companhia realizada somente atividades de sondagem, somente a partir da fusão em 1964 passou a explorar carvão. O decreto 32.095 de 14 de janeiro de 1953, refere-se à exploração de jazida para a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo.

Nota⁵⁴: o elemento série apresentado na ficha foi utilizado como forma de proposta para elaboração do quadro de arranjo, visto que as séries são conjuntos de documentos agrupados de forma a refletir a mesma função. A tipologia documental: relatório de exploração de subprodutos do carvão, refere-se a pesquisas, exploração de jazidas, atividade fim da companhia.

Fonte: elaboração da autora (2014)

A partir dos dados históricos contextualizados, e da metodologia de tipos documentais, estruturada a partir da análise dos conjuntos documentais, foi possível reestabelecer a proveniência do fundo da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo e recuperar a organicidade dos conjuntos documentais com êxito. Os instrumentos de registro elaborados para identificação do órgão produtor, a tabela de espécies e a ficha de identificação de tipologias documentais, servirão de base para definição das séries que irão constituir o quadro de arranjo e a etapa descrição

dos documentos, dando maior segurança ao arquivista na aplicação das demais etapas propostas.

6 CONCLUSÃO

A definição das tipologias documentais vem sendo amplamente utilizada para o tratamento de acervos incidindo sobre todo o ciclo vital. No tratamento de acervos permanentes é uma peça fundamental, pois fornece elementos que reestabelecem e reconhecem as ações e atividades do produtor e sua ligação com os documentos que demonstram o contexto de produção do fundo.

A metodologia de identificação de tipos documentais, além de propiciar o levantamento de informações pertinentes para às funções referentes aos arquivos permanentes, tais como o arranjo e a descrição, é estruturada por meio de glossários especializados, pesquisa e análise dos próprios documentos, padronizando as informações e estruturando as séries por meio da identificação das funções e atividades refletidas nos documentos que irão constituir o quadro de arranjo, assegurando que as séries iguais, de fundos diferentes, não sejam confundidas na estruturação deste. Da mesma forma, a definição dos tipos documentais auxilia na descrição dos documentos, aprofundando o assunto e a relação dos documentos dentro das séries, auxiliando dessa forma na estruturação de catálogos para busca das informações.

Embora a metodologia de tipos documentais seja extremamente eficaz, sua aplicação nessa monografia não seria possível sem a pesquisa e estudo de contexto histórico referente à atividade mineradora da região. Dessa forma, é necessário evidenciar a importância da relação arquivística e área histórica para o tratamento de acervos permanentes, pois além de propiciar ao arquivista uma visão clara e um estreitamento dos laços multidisciplinares das áreas.

Logicamente, em função da extensão e tempo nem todas as tipologias documentais foram apresentadas, assim como não foram trabalhados todos os fundos, entretanto a metodologia foi aplicada a todo o fundo da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo com êxito e será utilizada no tratamento dos demais fundos constituintes do acervo.

A estruturação desse trabalho ocorreu por meio de pesquisas referentes ao desenvolvimento da atividade mineradora durante os séculos VXIII e XIX na região carbonífera. Os relatos e pesquisas referentes ao produtor no sentido de se localizar a legislação pertinente à atividade mineradora e demais informações de localização, datas e contexto histórico são essenciais como fundamento para o

reestabelecimento da proveniência, condição fundamental para existência de um fundo e da organicidade refletindo nesse sentido a relação entre o produtor e os documentos.

Essa metodologia, embora não tenha recebido a atenção devida em termos de desenvolvimento no Brasil, possui muitos trabalhos aplicados neste âmbito que apresentam resultados satisfatórios, podendo incidir sobre todo o ciclo vital dos documentos. Para o tratamento de acervos permanentes acumulados, caso do acervo da mineração, a metodologia se apresentou plenamente satisfatória, visto que o acervo já havia passado por oficinas de higienização com outra dinâmica, fato este que contribuiu para uma de organicidade dos conjuntos documentais, bem como da proveniência dos fundos. Com base nos problemas já detectados, foi necessária a busca por metodologias que pudessem identificar melhor a proveniência e a organicidade dos documentos, e nesse sentido a análise de tipologias documentais foi aplicada, fornecendo bases para o desenvolvimento das funções arquivísticas a serem realizadas no tratamento de acervos permanentes. Definida como uma tarefa de estudo da gênese do produtor e do documento, estabeleceu-se como ponto de partida a identificação do organismo produtor, o contexto histórico e a legislação que, no caso do acervo da mineração, pôde ser encontrada em grande parte por meio da análise dos próprios documentos.

Nesse sentido, o arquivista deve trabalhar de forma interdisciplinaridade para estudo de contexto de produção e por meio de novas metodologias no sentido de se buscar as soluções adequadas, atualização e preparação do profissional ainda em âmbito acadêmico para enfrentar a realidade dos arquivos públicos e privados.

A atividade mineradora tem mais de um século de história, tendo contribuído com novas perspectivas econômicas e trabalhistas durante um longo período no Estado. A região carbonífera e sua identidade foram construídas por meio da atividade mineradora, que deixou seus registros no conjunto de documentos da mineração. Esses registros, após um longo período de lutas e ameaças de destruição, passam pelas etapas arquivísticas de tratamento para que possa ser finalmente disponibilizados à comunidade e pesquisadores interessados.

A pesquisa aplicada a esse trabalho poderá servir como modelo para o tratamento de acervos em instituições congêneres, bem como na definição do arranjo e descrição do acervo, funções arquivísticas primordiais para o tratamento de acervos permanentes.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Vicenta Cortés. Boletín de la Asociación Española de Archiveros, Bibliotecarios, Museólogos y Documentalistas (ANABAD). In: NUESTRO modelo de análisis documental. Madrid, 1986. v. 36, n. 3, p.419-434.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. (Projeto como fazer; v. 8).

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. ed. Brique de Lemos: DF, 2008.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. 3. ed. Santa Maria: UFSM, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 32.095, de 14 de janeiro de 1953**, autoriza a companhia de pesquisas e lavras minerais a lavrar carvão mineral, no município de bom Jesus do triunfo, estado do rio grande do sul. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-32095-14-janeiro-1953-326533-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

BRASIL. **Decreto-lei nº 6.905 de 26 de setembro de 1944**. Dispõem sobre a concessão de auxílio pecuniário por motivo de enfermidade do empregado. Rio de Janeiro, 1944. Presidência da República, subchefia para assuntos jurídicos. Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del6905.htm>. Acesso em: 12 nov. 2014.

BRASIL. **Lei nº 4.355 , de 14 de julho de 1964**. Art. 25) Durante os primeiros 15 (quinze) dias de afastamento do trabalho, por motivo de doença, incumbe à empresa pagar ao segurado o respectivo salário, no seu valor integral. Rio de Janeiro, 1964. Presidência da República, subchefia para assuntos jurídicos. Planalto. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4355.htm>. Acesso em: 12 nov. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 15.211, de 28 de dezembro de 1921. Regulamento relativo á propriedade e á exploração das minas, a que se refere o decreto n. 15.211, desta data. Subchefia para assuntos jurídicos.** Rio de janeiro, 1921. Presidência da República, Subchefia de assuntos jurídicos, Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D15211.htm>. Acesso em: 09 nov. 2014.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.985, de 29 de março de 1940.** Estabelece o regime do seu aproveitamento e regula a intervenção do Estado na indústria de mineração, bem como a fiscalização das empresas que utilizam matéria prima mineral Subchefia para assuntos jurídicos. Rio de janeiro, 1940. Presidência da República, Subchefia de assuntos jurídicos, Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1985.htm>. Acesso em: 09 nov. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 21.364, de 4 de Maio de 1932.** Regula o horário para o trabalho industrial. Rio de Janeiro, 1932. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21364-4-maio-1932-526751-norma-pe.html>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

BRASIL. **Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.** Esta Consolidação estatue as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho, nela prevista. Rio de Janeiro, 1943. Senado Federal, Secretaria de Informação Legislativa. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextIntegral.action?id=75526>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

BRASIL. **Decreto 33.497, de 05 de agosto de 1953.** Outorgar à Sociedade Mineradora Arroio dos Ratos lida concessão para lavrar areia quartzosa, em terrenos de propriedade do ministério da marinha, no lugar denominado ilha da paciência, e municípios de triunfo e charqueadas, estado do Rio Grande do Sul, numa área de 160ha, delimitada por um polígono. Diário oficial, seção 1.p.29, [s.l], 05 de agosto de 1953. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3492281/pg-29-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-22-05-1986>>. Acesso: 12 nov. 2014.

BRASIL. **Decreto-lei nº 9.449, de 12 de julho de 1946. (Art. 23).** Os titulares de decreto de autorização de pesquisa poderão realizar os trabalhos respectivos, e também as obras e serviços auxiliares necessários, em terrenos do domínio público ou particular, abrangidos pelas áreas a pesquisar, desde que paguem aos respectivos proprietários ou possuidores uma renda pela ocupação dos terrenos e uma indenização pelos danos e prejuízos que possam ser causados pelos trabalhos de pesquisa. Rio de janeiro, 1946. Presidência da República, Subchefia de assuntos jurídicos, Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9449.htm>. Acesso: 12 nov. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 33.770, de 8 de setembro de 1953,** dispõe sobre os preços de venda do carvão do rio grande do sul e dá outras providências. Rio de janeiro, 1953. Secretaria de Informação legislativa. Senado Federal. Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/listapublicacoes.action?id=165522>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.826, de 10 de setembro de 1946**. Dispõe sobre as características, preços e distribuição do carvão mineral produzido no país e dá outras providências. Secretaria de Informação Legislativa, Senado Federal.

Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=78695&norma=105359>>. Acesso em: 25 out. 2014.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Glossário: mineração e transformação mineral**. Brasília. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/sgm/menu/glossario>>. Acesso em: 10 set. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Arquivo Nacional. **Leis e decretos**. Disponível em:

<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=11&inoid=100&sid=52>. Acesso em: 02 set. 2014.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/>>. Acesso em: 12 set. 2014.

GOLASZ, Luiz Henrique Sutelo. **Arroio dos Ratos, a mineração e o Museu do Carvão**: a história e sua representatividade através da materialidade. 2013.81 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2013.

GLOSSÁRIO. Espécies formatos e tipos documentais da Universidade de São Paulo. USP: São Paulo, 1997. Disponível em:

<<http://www.usp.br/arquivogeral/gestao/download/glossario.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

HOFF, Gerturdes Novak. **Butiá em busca de sua história**. PBS: Arroio dos Ratos, 1992.

MARTINS, Luiza Xavier. **A classificação arquivística do Grupo Diretoria da Administração, Fundo Prefeitura Municipal de Marília**. 2007. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em Arquivologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília, 2007.

RODRIGUES, Ana Célia. Identificação arquivística: subsídios para a construção teórica metodológica na perspectiva da tradição brasileira. In: REUNIÃO

BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA, 2011. **Anais...** Rio de Janeiro: UNIRIO, 2011.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Municipal nº 646/89**, institui normas de proteção para o entorno de área tombada, onde se localiza parte dos remanescentes da antiga usina termoelétrica de Arroio dos Ratos – poço 1, disciplinando uso e ocupação do solo, autorizando o poder público a realizar convênios e dá outras providências. Arroio dos Ratos, 1989. Câmara Municipal de Arroio dos Ratos. Disponível em: <<http://www.camaraarroiodosratos.rs.gov.br/lei-municipal/64689/>>. Acesso em: 20 set. 2014.

RODRIGUES, Ana Celia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologias documental em arquivos**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2008.

ROSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Dom Quixote: Lisboa, 1998.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Cultura. **Instituições**. Disponível em: <<http://www.cultura.rs.gov.br/v2/instituicoes-sedac/instituto-24/>>. Acesso em: set. 2014.

SILVA, Cristina Ennes. **Nas Profundezas da Terra**: um estudo sobre a Região Carbonífera do Rio Grande do Sul (1883/1945). Dissertação (Mestrado) – PUCRS, 2007. Disponível em: <<repositorio.pucrs.br/dspace/.../1/000390213-Texto%2BCompleto-0.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2014.

SULZBACH, Cônego Ervino Lothar. **Perfil de um minerador**. Arroio dos Ratos: PBS, 1989.